

Acção Socialista



Nº 1274 21 Dezembro 2006

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.pt ■ accaosocialista@ps.pt

DEBATE MENSAL

Fazer do ensino superior um factor de excelência para a economia a sociedade e a cidadania



*A todos os socialistas
votos de Boas Festas*

Entrevista

10



João Figueiredo, secretário de Estado da Administração Pública: “Não vamos despedir ninguém da Função Pública”

Concertação Social

3

Acordo histórico eleva salário mínimo para 403 euros mensais

Despenalização da IVG

19

Movimentos pelo “sim” com forte dinâmica

Congresso do PSE

5

Aprovado o roteiro para uma Europa Social

SUPLEMENTO



EDITORIAL



SILVINO GOMES
DA SILVA
Director-adjunto

MELHORAR A VIDA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

UMA DAS medidas mais vilipendiadas pela oposição inscritas no Orçamento de Estado para 2007 respeitou às alterações nos benefícios fiscais das pessoas com deficiência. Quanto mais o Governo explicava que se tratava de uma medida da maior justiça social, sem incidência na despesa do Estado e que apenas afectava 39 mil pessoas num universo de mais de 135 mil beneficiários, mais subia o tom da demagogia, como se não se estivesse de facto a combater as desigualdades, uma vez que o pretendido é retirar parte dos benefícios àqueles que deles não necessitem e dá-los aos que vivem numa efectiva situação de carência económica. Em prol da luta por uma maior igualdade, decidiu também o Governo substituir a indexação do benefício aos rendimentos auferidos, por um crédito fiscal de 1200 euros para todos os cidadãos portadores de deficiência, independentemente dos ganhos obtidos.

Ultrapassada que foi esta polémica com a aprovação do Orçamento de Estado, já não se levantaram vozes nem houve especial brado aquando da recente apresentação do I Plano de Acção para a Integração de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (PAIPDI). Este plano, inédito entre nós, define um conjunto de medidas e acções que visam promover a reabilitação, a integração e a participação das pessoas com deficiência na vida em sociedade.

Apostado em políticas activas como é timbre deste Governo, o PAIPDI desenvolve-se em torno de três eixos estratégicos: 1º acessibilidades e informação; 2º educação, qualificação e emprego; 3º habilitação e condições de vida digna. Entre as suas principais

A implementação destas medidas, bem como as inscritas em sede de Orçamento de Estado, vão contribuir de facto para o desenvolvimento de um tecido social mais coeso e integrador dos cidadãos com deficiência, bem como para um aumento significativo da qualidade de vida destas pessoas e respectivas famílias

medidas, destaque-se o início de um programa nacional de promoção das acessibilidades, através do qual as barreiras físicas e tecnológicas serão cada vez menos, contando para isso com a formação de profissionais que têm competências nas políticas de acessibilidade; o aumento do apoio até 30 por cento das principais valências sociais nesta área; a extensão da escola inclusiva até ao ensino superior; a criação de seis Centros Novas Oportunidades para reconhecimento e certifica-

ção de competências de pessoas com deficiência, o que até agora só era feito para pessoas sem deficiência; a criação de novos programas em articulação com o tecido empresarial, no âmbito da responsabilidade social, para aqueles que não conseguem trabalhar em meio normal de trabalho.

Este primeiro plano que vai vigorar até 2009 é composto por 92 medidas, definindo cada uma delas o prazo de execução, responsáveis pela execução e implementação, bem como a respectiva dotação orçamental. No global, tem uma dotação orçamental de 321 milhões de euros repartidos pelos 15 ministérios que estão envolvidos nesta iniciativa. De sublinhar ainda que o PAIPDI está sujeito a uma avaliação anual na qual a sociedade civil é chamada a intervir.

A implementação destas medidas, bem como as inscritas em sede de Orçamento de Estado, vão contribuir de facto para o desenvolvimento de um tecido social mais coeso e integrador dos cidadãos com deficiência, bem como para um aumento significativo da qualidade de vida destas pessoas e respectivas famílias. É com iniciativas deste género que se constrói passo-a-passo a verdadeira solidariedade numa democracia governada pela esquerda moderna.

P.S. A todos os socialistas, endereçamos votos de Bom Natal e de Feliz Ano Novo. E renovamos o apelo constante à militância com a consciência de que 2007 será, porventura, o mais exigente ano da presente legislatura, mas também a garantia de que o futuro será melhor.

DISTRIBUÍDOS OS PELOUROS NO SECRETARIADO NACIONAL



NA PRIMEIRA reunião do Secretariado Nacional após o Congresso de Santarém, o secretário-geral do PS, José Sócrates, procedeu à distribuição de pelouros pelos camaradas que integram este órgão com funções executivas.

Assim, Vitalino Canas continuará como porta-voz, José Lello permanecerá com o pelouro das Relações Internacionais, enquanto Marcos Perestrelo se manterá como responsável pela Organização.

Já Miranda Calha continuará como responsável dentro do Secretariado Nacional pelas relações com as Autarquias.

Fazem ainda parte do Secretariado Nacional do PS os ministros António Costa, Luís Amado, Augusto Santos Silva, Vieira da Silva e Pedro Silva Pereira, as secretárias de Estado Ana Paula Vitorino e Idália Moniz, a eurodeputada Edite Estrela e o presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Carlos Lage.

Além dos camaradas Vitalino Canas e Miranda Calha, são secretários nacionais adjuntos os secretários de Estado Ascenso Simões e Fernando Serrasqueiro.

Fundação Mário Soares é um orgulho para o país

O primeiro-ministro, José Sócrates, teceu rasgados elogios ao trabalho desenvolvido pela Fundação Mário Soares, salientando o carácter "cosmopolita, humanista e progressista" de uma instituição que disse ser a imagem do seu fundador e "um orgulho" para o país.

JOSÉ Sócrates foi o único orador na sessão comemorativa dos 10 anos de actividade da Fundação Mário Soares, que contou com a presença do ministro de Estado e da Administração Interna, António Costa, da ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, entre muitas outras personalidades de várias áreas políticas, da cultura e da vida empresarial.

Perante a sala cheia do auditório da fundação, o primeiro-ministro agradeceu, em nome do Governo, a Mário Soares e à fundação "o trabalho árduo e bem feito" e "o esforço de dez anos à causa pública e ao país".

A Fundação Mário Soares "é a imagem do seu fundador, cosmopolita, humanista e progressista", afirmou, destacando "o trabalho de divulgação da história e da cultura dos países lusófonos" e o esforço de "debate cultural, político e intelectual" desta instituição.

José Sócrates referiu ainda o contributo da fundação para o estudo da "história do presente", o que disse ser "uma raridade em Portugal".

O primeiro-ministro deixou ainda um rasgado elogio ao anfitrião: "Há homens assim.



"Há homens assim. Em tudo o que mexem acrescentam qualquer coisa"

JOSÉ SÓCRATES

Em tudo o que mexem acrescentam qualquer coisa. O que ele fez sempre transcendeu a sua própria vida".

No final, Sócrates recebeu das mãos de Mário Soares vários presentes, entre os quais exemplares de trabalhos feitos em 2006,

como a colecção de DVD's com factos da História Contemporânea.

Depois de uma visita guiada à exposição, à biblioteca e arquivos da Fundação Mário Soares, o ex-presidente da República e fundador do PS destacou a ligação entre os arquivos da fundação e os de todas as congéneres nos países de expressão lusófona, incluindo Timor-Leste.

A sessão começou com a exibição de um filme sobre a actividade da Fundação Mário Soares e da Casa-Museu João Soares, em Cortes, Leiria, nas áreas da formação para "uma cultura de paz", "educação para a cidadania", "igualdade de oportunidades", e "preservação da memória" e estudos sobre a União Europeia. J. C. C. B.

Acordo histórico eleva salário mínimo para 403 euros mensais

Governo e todos os parceiros sociais acordaram um aumento sem precedentes na última década e meia. O salário mínimo nacional subirá nos próximos três anos, a um ritmo médio de 5,3 por cento.

O SALÁRIO mínimo nacional (SMN) será fixado, no próximo ano, em 403 euros mensais, devendo aumentar para os 450 em 2009 e para 500 em 2011. Estes os montantes e prazos fixados, no passado dia 5 de Dezembro, no âmbito de um histórico acordo tripartido alcançado entre o Executivo socialista, centrais sindicais e confederações patronais.

Em 2007, a valorização da remuneração mínima mensal garantida (outra designação do SMN) vai ser de 4,4 por cento, um crescimento acima dos valores inicialmente avançados e que representa a maior variação real (descontando o efeito da inflação) desde 1992.

No final da reunião da concertação social, o primeiro-ministro, José Sócrates, congratulou-se com o acordo, vincando ser este “mais uma prova de confiança dos parceiros na economia portuguesa”.

Depois de destacar o trabalho prévio da equipa do ministro do Trabalho e Solidariedade Social, Vieira da Silva, que cumpre deste modo a promessa de recuperar as perdas do salário mínimo registadas nos últimos anos, Sócrates considerou estarem relançadas as bases para uma redução das desigualdades e para que os ordenados mais baixos subam o seu poder de compra.

Reconhecendo que as actualizações acordadas para o SMN até 2011 são “ambiciosas”, apontou contudo que vários estudos internacionais indicam que a evolução do salário mínimo não tem reflexos no emprego e garantiu ainda que a competitividade da nossa economia não será afectada.

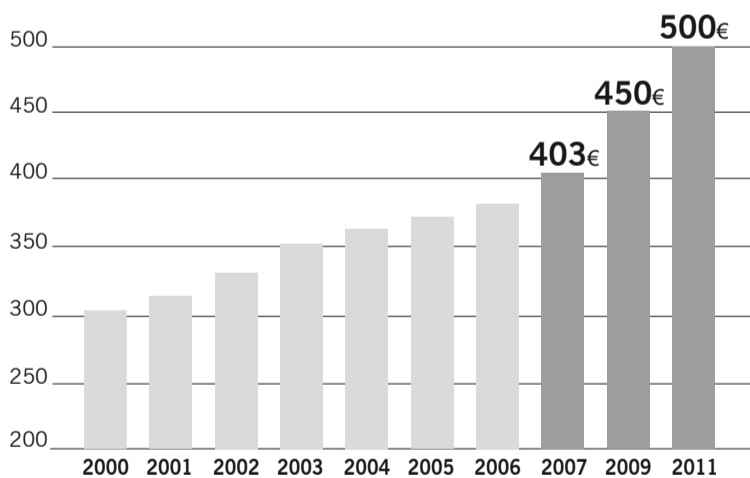
Por sua vez, o líder da União geral de Trabalhadores (UGT), João Proença, venceu que, depois de um acordo “com quase todos os parceiros sociais na Segurança Social e de todos os parceiros no SMN, estão criadas as condições para o crescimento do emprego e melhores salários”.

Assim, entre o ano corrente, em que este ordenado vale 385,90 euros, e 2011, em que valerá 500 euros, haverá uma progressão nominal na ordem dos 29,6 por cento, o que corresponde a um crescimento anualizado de 5,3 por cento.

De salientar que o acordo inédito



EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO



entre Governo e parceiros sociais prevê que os valores intermédios do SMN sejam sujeitos à análise e parecer anual de uma comissão tripartida – a ser criada – e fixados pelo Executivo após negociações em sede de concertação.

À comissão, que será composta por representantes das centrais sindicais, dos empregadores e do Governo, caberá fazer a análise e monitorização dos impactos da evolução do salário mínimo, nomeadamente nos sectores e/ou regiões com maior expressão de baixas remunerações e/ou mais expostos à concorrência internacional, devendo pronunciar-se anualmente sobre a actualização

do SMN para o ano seguinte.

O acordo tripartido prevê igualmente a promoção de medidas com vista a assegurar a sã concorrência nos vários sectores de actividade económica, mediante a avaliação precisa do cumprimento das condições de licenciamento e exercício de actividade.

Serão também promovidas iniciativas de combate à informalidade e à economia paralela, através de uma actuação concertada de todos os agentes com responsabilidades neste domínio.

Refira-se que o SMN actualmente em vigor tem um valor demasiado baixo (385,90 euros), revestindo-se, por esse facto,

“Os objectivos de evolução do salário mínimo nacional para 2007-2011 são compatíveis com a existência de estagiários em situação de formação certificada, a que se poderão aplicar regras próprias quanto à fixação da remuneração mínima mensal garantida, nomeadamente no que diz respeito à fixação de ordenados inferiores até 20 por cento durante o primeiro ano de admissão”

TEXTO DO ACORDO

de particular importância o seu aumento gradual – de crucial relevância no combate à pobreza e às desigualdades –, tendo em conta a nossa realidade económica e de outros países europeus.

Segundo o organismo estatístico da União Europeia, a remuneração mínima mensal garantida em Portugal é a oitava mais baixa entre os 18 países da União que fixam salários mínimos.

Para além disso, a desindexação do salário mínimo de inúmeros indicadores de despesa e receita pública (aspecto que no passado travou a sua subida) permite agora a recuperação da sua função reguladora de relações laborais.

Destaque-se que o acordo tripartido sobre este tema é da maior importância para a credibilização e viabilização da evolução do SMN, bem como para a afirmação do diálogo social como espaço de referência de construção de soluções para a sociedade portuguesa.

Sublinhe-se ainda que a progressão do salário mínimo projectada até 2011 agradou aos movimentos sindicais e não motivou a oposição dos empresários.

As actualizações deverão ser ponderadas de forma flexível, quer quanto ao montante anual, quer quanto ao período de vigência, pelo que está aberto o caminho a possíveis aumentos semestrais. M.R.

OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO

Ligar as pessoas à inovação é o grande desafio da esquerda moderna. Inovação nas formas de vida e de relacionamento multicultural. Inovação no consumo e na sustentabilidade. Inovação nas atitudes e na abertura ao saber. Inovação na tolerância e na aceitação da diferença

AGENDA DE LISBOA: A INOVAÇÃO AO SERVIÇO DAS PESSOAS

A AGENDA de Lisboa é uma agenda de progresso. Integra a competitividade num contexto humanista e de sustentabilidade ambiental. Não foi por acaso que foi aprovada num tempo em que a maioria dos governos europeus era de esquerda, nem é por acaso que tem estado desde aí no centro do debate político à escala europeia.

A Europa política que queremos ou se constrói sobre a agenda de Lisboa ou sobre os seus escombros. A segunda hipótese significará o triunfo duma visão estritamente económica e liberal no projecto europeu.

Este é, por isso, um tempo de desafio. A Europa que queremos tem que ser competitiva sem jogar o jogo do desarmamento social nem da depredação ambiental. Em síntese, e isso é um adquirido do consenso europeu, tem que ser inovadora. Uma inovação total, que não seja apenas focalizada na investigação ou na produção, nas universidades e nos centros de excelência. Uma inovação que desça à rua, se dissemine e se integre no quotidiano dos europeus.

A inovação ambiental, social e económica, como base dum mercado europeu do conhecimento, é a resposta para ligar a inovação às pessoas e dar substância a um novo ciclo para a agenda de Lisboa.

Ligar as pessoas à inovação é o grande desafio da esquerda moderna. Inovação nas formas de vida e de relacionamento multicultural. Inovação no consumo e na sustentabilidade. Inovação nas atitudes e na abertura ao saber. Inovação na tolerância e na aceitação da diferença.

Em minha opinião, passa por aqui e pelo novo ciclo da Agenda de Lisboa a resposta europeia aos grandes temas da equidade social, da autonomia energética ou da precaução ambiental.

O recente Congresso do Partido Socialista Europeu, realizado no Porto, abriu novas perspectivas de modernidade e de cooperação global da esquerda moderna. A Agenda de Lisboa é uma oportunidade de mudança e de transformação económica e social ao serviço dos cidadãos. De reforço do projecto europeu e de melhoria da qualidade de vida das pessoas. De reconciliação dos eleitores com a política e da política com os valores e com as narrativas mobilizadoras.

Portugal, como país em que a Estratégia de Lisboa foi aprovada, está a implementar a sua agenda de forma credível e com resultados visíveis. Isso reforça a oportunidade de aqui ser dado um novo impulso à agenda europeia para a inovação e ao novo ciclo da Agenda de Lisboa, durante a Presidência portuguesa da UE no segundo semestre de 2007. Isso implica reflexão e debate. Façamo-lo pois de forma aberta e estimulante, porque o futuro passa por aqui.



Qualificação das pessoas portadoras de deficiência em marcha

PLANO DE ACÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO

A prioridade dada pelo Governo à qualificação dos portugueses com deficiência com vista à sua integração "autónoma e independente" no mercado de trabalho foi apontada pelo primeiro-ministro, José Sócrates, como a medida mais inovadora do I Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade (PAIPDI).

"QUEREMOS dar aos deficientes mais qualificações e mais educação para poderem, com autonomia e com independência, integrar-se nos nossos mercados de trabalho", disse José Sócrates, na Amadora, durante a sessão de apresentação do plano que irá ser levado a cabo pelo Governo nos próximos três anos e que inclui 95 medidas nas mais diversas áreas destinadas a promover a reabilitação, a integração e a participação das pessoas com deficiência na sociedade.

Sócrates destacou a ambição dos objectivos e metas do programa, a coerência das medidas e o envolvimento de todos os sectores do Estado, sustentando que é em função do apoio prestado às pessoas com deficiência "que se mede a qualidade da nossa democracia", que deve ter como objectivo querer dar a todos "igualdade de direitos".

"A democracia impõe igualdade de direitos. Mas é essa mesma igualdade que impõe um tratamento diferenciado. É assim que chegamos às políticas de discriminação positiva. Apoio a mais para quem precisa de mais para ser igual", disse.

Numa intervenção em que pôs o acento tónico na "responsabilidade política" do Estado de implementar políticas de integração dos deficientes, o chefe do Governo defendeu o plano com uma "razão moral". "Nós temos os meios para o fazer. Se temos o dinheiro para o fazer, isso significaria que estaríamos a agir conscientemente para subalternizar estas pessoas", sublinhou.

Na sua intervenção, José Sócrates



destacou os programas curriculares em língua gestual, os 400 estágios em empresas e a aplicação do programa Novas Oportunidades orientado para a integração dos deficientes, como sendo da "maior importância" para promoção do emprego.

No âmbito do programa Novas Oportunidades, o Governo pretende criar seis centros até 2008, que deverão fazer o atendimento preferencial à população com deficiência sem o 3º ciclo de escolaridade, que ronda as 200 mil pessoas entre os 15 e os 59 anos.

Ainda na área da educação, está previsto para o ano lectivo 2007/2008 a introdução de um programa curricular de língua gestual portuguesa, com cobertura de toda a população escolar surda-muda do ensino básico e secundário.

O Governo quer ainda atingir, em 2009, o universo de mil alunos cegos e com baixa visão com oferta de manuais escolares e de livros de leitura extensiva em formato digital, assim como criar 25 centros de recursos para crianças com necessidades educativas especiais.

A apresentação do plano, que decorreu na Associação Nacional de Famílias para a Integração da Pessoa Deficiente, em Alfragide, na Amadora, contou igualmente com a presença do ministro do Trabalho e Segurança Social, Vieira da Silva, da secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz, do presidente da Câmara da Amadora, Joaquim Raposo, e de representantes de várias associações de deficientes. J. C. C. B.

MEDIDAS MAIS EMBLEMÁTICAS

Formação contínua para 9500 cidadãos activos com deficiências

Assinatura de 20 protocolos com empresas para abertura de 400 estágios profissionais

Comparticipação nas adaptações em 1500 habitações

Criação de mais 1000 vagas em centros de actividades ocupacionais

20 novas residências para deficientes com alguma autonomia

Programa curricular de língua gestual portuguesa para dois mil estudantes surdos do ensino básico e secundário

Manuais escolares digitais para 700 cegos

Aumento em 14 por cento a frota da Carris destinada a pessoas com dificuldades de locomoção

Criação de 25 centros para crianças com necessidades educativas especiais

CEM AUTOCARROS DA CARRIS COM SISTEMAS PARA ACESSO DE CADEIRAS DE RODAS

NO ÂMBITO do Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade, o Governo quer que, até 2009, cerca de cem autocarros da Carris sejam dotados de sistemas que permitam o acesso de cidadãos com deficiência em cadeiras de rodas.

Actualmente, dos 572 autocarros que constituem a frota da Carris, apenas duas carreiras, que fazem os

percursos dos hospitais e do ensino superior, possibilitam o acesso a deficientes motores em cadeiras de rodas, revelou a secretária de Estado adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz.

Uma realidade que o Governo quer ver alterada no espaço de três anos, aumentando em 14 por cento o número de autocarros com essa facilidade.

Congresso do PSE aprova roteiro para uma nova Europa Social



Os socialistas europeus estão empenhados em “construir políticas progressistas e um novo reformismo”, afirmou José Sócrates no encerramento do VII Congresso do Partido Socialista Europeu (PSE), no Porto, onde foi aprovada uma carta com dez princípios comuns para uma nova Europa Social, que vão desde a luta pelo pleno emprego e direitos e deveres para todos, até à aposta na qualificação das pessoas, no âmbito da sociedade do conhecimento.

J. C. CASTELO BRANCO

SEGUNDO o secretário-geral do PS, o Congresso do Porto serviu para afirmar que a esquerda europeia “sabe o quer e tem um projecto generoso e muito importante para o futuro da economia e da sociedade europeia e do mundo”.

José Sócrates renovou a necessidade de uma nova aliança estratégica com os Estados Unidos, para se “trabalhar em conjunto para transformar este mundo num mundo mais justo e seguro”, agora que os ventos de mudança sopram naquele país com a recente vitória dos democratas, abrindo uma janela de esperança para um novo relacionamento com a Europa e

com o mundo. “É preciso uma ‘new direction’ na agenda entre a Europa e os americanos”, disse.

Antes de Sócrates, o presidente do Partido Democrata dos Estados Unidos, Howard Dean, afirmara que “é tempo de os Estados Unidos renovarem as suas relações por todo o mundo. É tempo de tratarmos os nossos aliados com respeito e honestidade e de nos empenharmos na construção de consensos”.

E disse que “o Partido Democrata está empenhado na construção de relações bilaterais e multilaterais”, adiantando que chegou a altura de “uma abordagem multilateral e de

uma mudança política imediata dos EUA em relação ao Iraque” e de “fazer uma ponte com as nações do mundo islâmico que lutam por reformas democráticas”.

Por outro lado, Dean referiu que nas últimas eleições norte-americanas os democratas compreenderam que “o poder não vem de cima para baixo, mas sim das bases para cima”, o que lhes permitiu alcançar a maioria na Câmara dos Representantes e no Senado.

“Mais uma vez, os democratas terão de ser ouvidos quanto à política externa, mas também sobre questões como o ambiente, onde a política americana não pode continuar a negar que há um aquecimento global do planeta”, disse.

Na sua intervenção, Howard Dean fez ainda questão de sublinhar que os democratas americanos se revêem em valores dos socialistas europeus como criar empregos com salários dignos, assegurar a educação e a saúde e garantir uma reforma digna.

Entre as muitas personalidades do topo da política europeia que discursaram no segundo dia de

trabalhos, destaque para o regresso à cena política de Jacques Delors, o “senhor Europa”, como ficou conhecido quando ocupou a presidência da Comissão Europeia. Na sua intervenção perante cerca de mais de 600 delegados e dezenas de líderes europeus, Delors sustentou que só é possível progredir na construção de uma Europa comum se houver “um mínimo de confiança entre os Estados-membros” da União Europeia.

“A experiência histórica da construção europeia mostra que, se não houver um mínimo de confiança entre os Estados-membros, é impossível ela progredir”, disse, acrescentando que em vésperas de um novo alargamento, é preciso reconhecer que o triângulo institucional, constituído pela Comissão, Parlamento e Conselho Europeu, já não funciona. Por isso, defendeu, “é necessário um conselho para os assuntos gerais, que é um dos elementos-chave para progredirmos”.

Delors afirmou que não se pode falar da Europa sem falar da União Económica e Monetária, sublinhando que “o euro protege, mas

não dinamiza, estando-se a exigir de mais à moeda e de menos à economia”. Neste quadro, defendeu que “é necessário reavivar o equilíbrio entre economia e finanças”.

Na sua intervenção, Delors disse que a carta para a nova Europa Social “é um roteiro que pode contribuir para o bem-estar comum”, salientando que o PSE “deve estar presente nas batalhas por melhores condições de vida que se travam na Europa”, fazendo “a síntese entre liberdade e solidariedade”.

É que, lembrou, “a globalização gerou desequilíbrios em favor das forças do capital”, assistindo-se, por isso, “a uma ofensiva da direita contra as conquistas alcançadas pelo movimento socialista”.

Relançar o projecto europeu

Já o primeiro-ministro italiano, Romano Prodi, considerou que as celebrações do 50º aniversário do Tratado de Roma, em Março de 2007, devem ser “uma porta para o futuro, um momento de reflexão e de relançamento do projecto europeu”.

“Os nossos cidadãos querem mais Europa, porque têm medo das consequências económicas, sociais, políticas e ambientais negativas da globalização”, disse, salientando que “este é o momento de reformar as instituições europeias”, de que o projecto constitucional é uma peça-chave.

Nesse sentido, referiu que “a Constituição Europeia não pode ser feita de cima para baixo, tem de ir ao encontro dos cidadãos”, advogando ainda “o reforço da política externa” da União Europeia e o “alargamento a novas matérias do voto por maioria”.

Romano Prodi defendeu ainda que o alargamento não pode deixar de fora os Balcãs, porque “são parte importante” da Europa.

Por outro lado, Prodi reiterou que tem a ambição de transformar a coligação de centro-esquerda Oliveira num partido político. “É preciso alargar o campo das forças progressistas para devolvermos a esperança à Europa”, disse.

Luta pelo pleno emprego

Outra presença a merecer nota de destaque foi a do líder do Partido Socialista Francês, François Holland, que defendeu que a Europa Social deve ter o “pleno emprego” como prioridade, no âmbito de uma sociedade baseada no conhecimento. “Precisamos de um tratado social para a Europa, é necessária uma nova era, um novo pacto assente em políticas progressistas, contra o actual pano de fundo do liberalismo”.

A nova Europa Social “é um programa de educação, de dimensão social, de salários dignos, de diálogo social com os sindicatos”, disse.

François Holland defendeu ainda que a Europa precisa de “uma política monetária coerente” e que uma “directiva dos serviços públicos deve complementar a directiva dos serviços”.

Por sua vez, o líder do PASOK, George Papandreou, sublinhou que a Internacional Socialista “é uma nova fonte de esperança”, num “mundo que é complicado e onde não há soluções fáceis”, e congratulou-se com o crescente protagonismo das mulheres na vida política, apontando os exemplos de Michele Bachelet e de Ségolène Royal.

Na sua intervenção, Papandreou fez ainda uma linha de demarcação entre socialistas e conservadores. “Os conservadores usam o medo para ganhar eleições e gerem e favorecem interesses especiais, enquanto nós, socialistas, governamos para todos, defendemos valores, acreditamos na transparência e estamos na vanguarda em questões como o aquecimento global”.

Por outro lado, o líder dos socialistas gregos afirmou que “foi muito importante a mudança nos Estados Unidos”, sustentando que “precisamos de trabalhar estritamente com os democratas, de forma a garantir, nomeadamente, mais segurança no Médio Oriente”.



Papandreou fez ainda questão de manifestar a sua solidariedade para com o PS na luta pela despenalização do aborto. “Sócrates e os socialistas portugueses não estão sozinhos na questão da interrupção voluntária da gravidez, esta é uma batalha que nos envolve a todos”, disse.

Por sua vez, José Blanco, do PSOE, sublinhou que a Espanha sob a liderança de Zapatero “encontrou-se de novo com a sua vocação europeísta”, ou seja, frisou, “devolvemos a Espanha à Europa política e social”.

José Blanco referiu, por outro lado, que o grande desafio que se

coloca aos socialistas é a luta contra “as desigualdades e profundos desequilíbrios que há no mundo de forma dramática entre continentes, países e seres humanos”, acrescentando que, “ao contrário do que pretende fazer crer a direita, não há contradição entre eficácia económica e políticas sociais”.

Socialistas na vanguarda da construção de uma Europa mais forte

Os socialistas estão novamente na linha da frente da reforma institucional da Europa para fazer do Velho Continente um factor de decisão e um motor de desenvolvimento para o futuro. Esta é a ideia-chave da intervenção de José Sócrates na abertura do VII Congresso do PSE.

MARY RODRIGUES

“ESTE mundo globalizado precisa de uma Europa mais forte e estarmos todos aqui, hoje, afirma a vontade da esquerda de a construir”, sustentou o secretário-geral do PS, para quem o projecto europeu precisa de fazer ouvir a sua voz e de dar um contributo efectivo para a paz, para o diálogo entre civilizações, para a regulação da economia mundial e ainda para o combate a todas as formas de discriminação.

Segundo o chefe do Executivo português, a Europa espera uma resposta dos socialistas.

“Cabe-nos relançar o rumo das reformas”, afirmou, frisando de seguida que “sem mudanças corajosas e profundas, não será possível garantir o futuro da solução social europeia que nos distingue e honra no mundo”.

Neste sentido, defendeu que a Estratégia de Lisboa deve “inspirar um novo reformismo europeu”, não apenas no campo das intenções expressas, mas, sobretudo, no das decisões.

“É fundamental que a Europa relance a sua capacidade de decisão”, sublinhou Sócrates, para depois, defen-

der “mudanças concretas”, cujas principais motivações a propor aos europeus passem pela inovação, iniciativa e responsabilidade.

“Um reformismo que faça a Europa aparecer mais apetrechada no terreno global, na qualificação, na produtividade, na segurança, na qualidade das nossas propostas de civilização”, continuou, após agradecer aos partidos que se fizeram representar, na reunião magna dos socialistas europeus, “de forma tão expressiva”.

Ao assinalar as notáveis presenças neste Congresso do PSE, José Sócrates dirigiu uma saudação especial ao presidente do Partido Democrata dos Estados Unidos, Howard Dean, a quem felicitou pela recente vitória no Senado e Câmara dos Representantes, assegurando-lhe que é entre os socialistas europeus que encontrará verdadeiros amigos no Velho Continente.

Advogando em favor da renovação e do reforço da aliança entre os EUA e a Europa, Sócrates disse que “o mundo precisa de uma América no caminho certo”.

Noutra saudação especial, desta feita dirigida à candidata socialista às presidenciais francesas, o primeiro-ministro descreveu Ségolène Royal como “a esperança da França”.

“A tua voz é a de uma França capaz de se renovar e cheia de ambição, confiante nos seus valores e com os olhos postos no futuro”, disse, aconselhado Ségolène a não se incomodar por haver quem diga que ela não é de esquerda.

“Onde quer que exista esquerda aparece sempre alguém que se julga no direito de passar certificados a dizer quem é e quem não é de esquerda. Portanto, não se deixe impressionar, também nisso estamos consigo”, declarou.

Outro espanhol, Josep Borrel, presidente do Parlamento Europeu, disse que “demos com o nariz nos efeitos da globalização, e se não construirmos a dimensão social da Europa os cidadãos não estarão interessados no projecto europeu”.

Segundo Borrel, “temos de dar nova segurança aos jovens europeus, promovendo políticas económicas activas que promovam o emprego e a formação profissional, de forma a que possam planificar a sua vida”.

Já o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, defendeu que é preciso “renovar” o modelo social europeu, de forma “a garantir a sua sustentabilidade e compatível com a competitividade e criação de emprego”.

Segundo Vieira da Silva, a reforma do modelo social não pode, por outro lado, “ser feita à custa do abandono de políticas estruturantes de combate à pobreza e exclusão”, como, por exemplo, o salário mínimo e o rendimento social de inserção.

O ministro do Trabalho e da Solidariedade Social lembrou ainda que ao nível das políticas europeias, “os socialistas caracterizam-se por opções por políticas sociais coerentes e inclusivas”, sublinhando ser necessário reconhecer que “a Agenda de Lisboa tem vindo a ser reformulada em prejuízo do emprego e da coesão social”.

Outra presença portuguesa no segundo dia de trabalhos foi a do ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, que defendeu que uma estratégia visando o mundo mais seguro e pacífico só poderá ser eficaz com um espaço europeu coeso, o reforço do diálogo com os Estados Unidos e uma revisão dos sistemas de segurança e defesa.

“Temos de saber como vamos lidar com o Irão, para impedir uma radicalização em termos do nuclear”, disse, alertando que a ameaça do fundamentalismo e radicalismo islâmico poderá durar décadas.

Competitividade e protecção social

Helle Thorning-Schmidt, do Partido Social Democrata da Dinamarca, afirmou que há “razões optimistas” para se acreditar na Europa Social. É que, explicou, “a Europa tem de facto um modelo social e uma economia social de mercado, onde se concilia competitividade com normas ambientais e sociais elevadas”.

Nos países nórdicos, lembrou a propósito, “há ensino gratuito e elevado nível de segurança social com competitividade económica”.

Por outro lado, a dirigente socialista dinamarquesa defendeu que a União Europeia “só pode avançar com compromissos e equilíbrios entre países, e entre empregadores e sindicatos”. O mercado único, frisou, “só foi possível porque houve um compromisso muito grande entre países”.

Ségolène defende retoma urgente do processo constitucional

Os socialistas franceses precisam dos camaradas europeus, pois é “numa plataforma comum que conseguiremos ganhar as eleições presidenciais”. Este o apelo deixado por Ségolène Royal na abertura do VII Congresso do PSE, ocasião em que assumiu como ambição, caso seja eleita Presidente da República, a criação de “uma França com uma posição de charneira na União”.



NO PRIMEIRO dia de trabalhos, a candidata socialista às presidenciais francesas Ségolène Royal defendeu a retoma urgente do processo constitucional da União Europeia (UE), considerando que um maior número de Estados-membros exige novas regras e uma nova ordem.

Sobre o papel de “locomotiva” do socialismo na UE, lançou uma mensagem directa ao presidente do Banco Central Europeu: “Não caberá apenas ao senhor Trichet definir as políticas monetárias da Europa”, pois “os líderes europeus, legitimamente eleitos para governar, também o terão. O BCE terá de estar sujeito a decisões políticas”.

Quanto ao Partido Socialista Europeu, Ségolène sustentou que este “tem de ser um conjunto político coerente, trabalhador, consciente das suas responsabilidades, dinâmico e assumir-se como defensor da

Europa social”.

“Cabe-nos a nós, socialistas do século XXI, assumir a responsabilidade histórica de responder às desordens globais, trabalhando em prol de uma ordem mundial justa”, frisou, advogando de seguida em favor de “novos equilíbrios” e recusando o “confronto de civilizações”, que descreveu como um dos maiores perigos para a sobrevivência de todos.

Ségolène Royal mostrou-se ainda disposta a ser a primeira a dar o exemplo, assegurando

desde cedo que, se for eleita Presidente da França em Abril de 2007, participará não apenas em todos os congressos do PSE, mas também nas reuniões que deseja que o partido realize antes de todas as cimeiras e de todos os encontros internacionais da UE.

“É evidentemente indispensável que todos os conselhos europeus sejam precedidos de uma posição comum do PSE que estabeleça valores e princípios a levar àqueles encontros. É aí que se vê a credibilidade do partido”, considerou.

Presenteada com a maior ovação da tarde do primeiro dia de trabalhos, Ségolène referiu-se, antes de terminar a sua intervenção, ao papel da UE no mundo, lamentando que os Estados-membros, em geral, e os socialistas, em particular, não tenham uma posição concreta e objectiva sobre dossiês como o do Médio Oriente, onde, apontou, “há uma expectativa grande quanto à coerência dos socialistas europeus”.

Ségolène afirmou também que “a influência política da Europa podia ser maior do que é”, nomeadamente na difusão, pelo mundo, do modelo democrático que inventou e que o caracteriza.

“O perigo não está nas regras mas na falta delas. Nunca o mundo precisou tanto de regras, mas justas, dentro do modelo democrático inventado pela Europa, que é ainda a grande aspiração dos que não o vivem”, venceu.

Citando Fernando Pessoa para caracterizar o espírito que a UE precisa para alcançar esse fim, disse: “A Europa deve falar a uma só voz mas em todas as suas línguas e com todas as suas almas”.

Sobre o referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez que se realizará no nosso país a 11 de Fevereiro do próximo ano, Ségolène Royal desejou sorte “às mulheres” portuguesas e ao primeiro-ministro, José Sócrates.

“Desejo as maiores felicidades no referendo para ti, José, e para as mulheres, já que decidiste chamar o povo a pronunciar-se sobre a questão”, disse. **M.R.**

Rasmussen contra teologia do mercado

REELEITO POR UNANIMIDADE PRESIDENTE DO PSE

J.C. CASTELO BRANCO

O EX-PRIMEIRO-MINISTRO dinamarquês Poul Rasmussen foi reeleito presidente do Partido Socialista Europeu (PSE), para um novo mandato de mais dois anos e meio, pelos mais de 600 votos delegados do Congresso realizado na Alfândega do Porto, que reuniu 32 partidos socialistas, social-democratas e trabalhistas de 27 países.

Após a sua reeleição, Rasmussen foi felicitado pelo primeiro-ministro português, José Sócrates, que agradeceu a “energia”, a “competência” e a “liderança” do dinamarquês e desejou “boa sorte” para o novo mandato.

Durante o seu discurso, Rasmussen defendeu a necessidade de surgirem “novas alianças progressistas”, como acontece em Itália com a Oliveira, liderada por Romano Prodi.

“A Oliveira tem de ser uma realidade, porque esta nova aliança vai assegurar um novo futuro político para a Itália, tornando-se a maior força progressista no país”, disse.

Na sua intervenção, o líder do PSE afirmou-se preocupado e cho-



cado com aquilo que designou por “a nova ganância”, numa alusão aos fundos de capitais norte-americanos que estão “com cada vez mais dinheiro”.

Segundo Rasmussen, a “ganância” e “corrida aos lucros” são fenómenos que têm de ser controlados, sublinhando que é preciso “evitar que o mercado se torne o patrão e

não esteja ao serviço dos cidadãos”.

O líder dos socialistas europeus referiu ainda que o objectivo do pleno emprego “não é um sonho. É uma vontade política. Será uma realidade”, salientando que os 17 milhões de desempregados existentes na Europa “são uma perda enorme”.

Com uma aposta dos governos

europeus no sector privado e no público, é possível criar em conjunto 10 milhões de postos de trabalho, referiu Rasmussen, acrescentando que a defesa da nova Europa Social “é a nossa mina de ouro” para o Velho Continente. “Nós, socialistas, se formos unidos e tivermos uma voz única podemos marcar a diferença”, venceu.

Durante a sua intervenção, o líder dos socialistas europeus enalteceu a presença no Congresso do presidente do Partido Democrata dos Estados Unidos, Howard Dean, salientando que, após cinco anos de interregno, o PSE volta a estabelecer contactos com os seus “amigos democratas americanos”, que representam “a parte mais progressista da América”.

E acrescentou: “Pareceu-me estarem de volta os tempos de Bill Clinton, do diálogo, do respeito e da vontade de construir algo em conjunto”.

“Vejo uma nova América. Que isto signifique o início de uma nova aliança global com os nossos amigos norte-americanos”, afirmou.

Referindo que os Estados Unidos já percebem agora que “o conflito israelo-palestino é onde tudo começa e onde tudo acaba”, Rasmussen disse ter o sonho de ver um dia o mundo em paz, uma paz que permita que o seu neto Lucas, de cinco anos, tenha como amigos outras crianças da mesma idade, amarelas, negras, israelitas e palestinianas.

“Estou a falar de uma ‘pax humana’. Não estou a falar de uma ‘pax europeia’ ou de uma ‘pax americana’. Uma paz para todo o mundo. É isso a verdadeira paz”, frisou.

Dez princípios para um futuro comum e de bem-estar social

DIREITOS E DEVERES PARA TODOS

Alguns defendem que o futuro das nossas sociedades deveria ser dirigido pelas forças de mercado.

Nós, no PSE, fizemos a nossa escolha política: direitos e deveres para todos, o que representa assegurar a coesão numa sociedade moderna e justa.

Os cidadãos e o Governo, assim como os negócios, os sindicatos e outros agentes económicos e sociais deveriam ter entendido claramente direitos e deveres.

PLENO EMPREGO

Alguns dizem que o pleno emprego é impossível.

Nós, no PSE, fizemos a nossa escolha política: pleno e qualificado emprego pode ser uma realidade. É o melhor caminho para tornar as sociedades mais inclusivas e mais prósperas, utilizando o potencial individual de modo a contribuir para a criação de novos recursos. Para nós é claro: não pode existir pleno emprego sem um Estado moderno e justo – e nenhum Estado justo, sustentável, sem pleno emprego.

INVESTIR NAS PESSOAS

Alguns sustentam que precisamos apenas centrar-nos nas oportunidades para os altamente qualificados, negligenciando a falta de objectivos dos desfavorecidos, sem educação superior.

Nós, no PSE, fizemos a nossa escolha: a escolha inclusiva de investirmos nas capacidades de todas as pessoas. Isto passa por desenvolvermos permanentemente especializações e competências: trabalhar, não mais intensamente mas de uma forma mais eficaz; competir no caminho certo, não em salários baixos, mas numa maior valorização das especializações.

Investir nas pessoas – através da educação, da formação e de políticas sociais – será uma ferramenta essencial para combater a exclusão, atingir o pleno emprego e promover a justiça social.

SOCIEDADES INCLUSIVAS

Alguns dizem que não podemos fazer nada pelos excluídos e mais desfavorecidos da sociedade.

Nós, no PSE, fizemos a nossa escolha: a força da Europa assenta na sua sociedade inclusiva em que todos contam (em que todos são importantes). No entanto, apesar de um século de políticas sociais, existem, ainda, demasiadas desigualdades ao nível da igualdade de oportunidades e da distribuição de riqueza. A globalização e as mudanças demográficas trarão novas oportunidades para muitos – mas as forças do mercado criarão a marginalização de milhões de pessoas, a menos que seja regulada através de políticas sociais activas.

CUIDADOS UNIVERSAIS PARA A INFANCIA

Alguns sustentam que os cuidados com a infância são apenas um assunto privado.

Nós, no PSE, fizemos a nossa escolha: os países europeus devem tornar acessíveis os cuidados com a infância a todos os que os desejarem. A alta qualidade nos cuidados com a infância, sustentáveis e acessíveis, é um investimento altamente positivo tanto a curto como a longo prazo. Possibilita às crianças o melhor início à sua educação e, ao mesmo tempo, transmite-lhes importantes habilitações para enfrentarem a vida.

IGUALDADE DE DIREITOS PARA MULHERES E HOMENS

Alguns dizem que houve progressos suficientes na igualdade de direitos entre mulheres e homens e que, por isso, não é necessário avançar mais nesse objectivo.

Nós, no PSE, fizemos a nossa escolha: apesar do progresso, a desigualdade entre mulheres e homens ainda é acentuada e devemos intervir nesse aspecto. As mulheres são o grupo com menos vantagens no mercado de trabalho devido à discriminação, ao acesso insuficiente e à desigualdade de condições. As mulheres auferem ordenados mais baixos que os homens e ainda acumulam a maioria das responsabilidades domésticas na família, a maior parte das vezes sem qualquer apoio de cuidados com a infância, sem qualquer apoio social aos filhos.

DIÁLOGO SOCIAL

Alguns afirmam que o tempo do trabalho organizado terminou.

Nós, no PSE, fizemos a nossa escolha: como o trabalho é uma parte muito importante da vida e da sociedade, é fundamental para uma sociedade moderna, a forma como organizamos o nosso trabalho e a partilha das nossas responsabilidades através dos sindicatos e das organizações patronais.

FAZENDO DA DIVERSIDADE E DA INTEGRAÇÃO A NOSSA FORÇA

Alguns tentam tirar vantagem da xenofobia e do ódio contra as minorias e contra os imigrantes na Europa.

Nós, no PSE, acreditamos na diversidade e na tolerância como foi afirmado na declaração deste Congresso. As sociedades europeias devem rejeitar todas as formas de intolerância e de ódio. Todas as pessoas têm o direito de viver com dignidade e serem tratadas com respeito pela sua nacionalidade, região étnica, raça, género, orientação sexual ou religiosa.

SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS

Poucas pessoas duvidam da necessidade de um clima melhor e de uma política ener-



gética, mas muitos ainda consideram essa necessidade como um custo extra.

Nós, no PSE, fizemos a nossa escolha: uma política activa para enfrentarmos as mudanças climáticas e as necessidades de energia, deve estar no centro de uma nova estratégia visando uma crescente reflorestação ambiental.

UMA EUROPA ACTIVA PARA AS PESSOAS

Alguns clamam por uma Europa passiva, limitada às regras do mercado sem nenhuma regulação.

Nós, no PSE, fizemos a nossa escolha: A UE é mais do que um mercado. A UE é uma parte essencial da Nova Europa Social, ajudando as regiões e os países a conseguirem mais em conjunto do que conseguiriam sozinhos. Mas estamos longe de termos atingido o potencial da União Europeia há muitos mais benefícios que a cooperação e solidariedade europeias podem trazer à vida das pessoas. Na nova economia global, a nossa Nova Europa Social pode ser realizada passo a passo se trabalharmos em conjunto uma política assente nas seguintes bases: Competição que estimula, cooperação que fortalece e solidariedade que une.

Conselho Europeu aprova cimeira UE/África para Lisboa

O PRIMEIRO-MINISTRO português regozijou-se com a concordância dos restantes líderes europeus para que Lisboa seja em 2007 o palco da segunda cimeira euro-africana.

Falando aos jornalistas no final do Conselho Europeu, realizado este fim-de-semana em Bruxelas e que reuniu os chefes de Estado e de Governo dos 25, José Sócrates realçou que esta é uma boa notícia para a próxima presidência portuguesa da União Europeia (UE) a realizar no segundo semestre do próximo ano.

O chefe do Governo lembrou ainda que Portugal por diversas vezes chamou a atenção da UE para a necessidade de se relançar o diálogo com África, interrompido na opinião de José Sócrates “sem qualquer razão aparente”, pelo que a vontade de retomar estes encontros se reveste, na perspectiva do Governo português de um passo positivo no sentido de uma reaproximação da Europa ao continente africano.

Quanto ao facto desta segunda cimeira UE/África se realizar em Lisboa, Sócrates sublinhou o facto de este ter sido sempre o desejo do Governo português, pelo que vê com satisfação que a persuasão que exerceu sobre os restantes parceiros comunitários tenha dados agora os frutos pretendidos.

Recorde-se que a primeira cimeira entre os países europeus e africanos teve lugar na cidade do Cairo, em 2000, durante a presidência portuguesa da UE.

Um segundo encontro chegou a estar agendado para 2003, não se tendo vindo a realizar devido a divergências entretanto surgidas entre os governos da União Europeia, com o Reino Unido a contestar a presença do presidente do Zimbabué, Robert Mugabe, sob quem pendia uma interdição de viajar para a Europa.

Ao que parece este problema está já resolvido, tendo José Sócrates a este propósito afirmado que se os res-



tantes países europeus concordaram com a realização desta cimeira em Lisboa “é porque estão de acordo que devem estar presentes todos os países africanos”, razão porque, garantiu, “vamos convidá-los a todos”.

Sublinhando que esta iniciativa “sempre constituiu uma prioridade de Portugal” para a sua presidência da UE a realizar no segundo semestre de 2007, o primeiro-ministro adiantou que os preparativos necessários serão lançados de imediato.

Em relação aos vários pontos que serão debatidos, José Sócrates referiu as questões ligadas ao desenvolvimento, aspecto de particular interesse para África, além dos problemas relacionados com a migração.

Pavilhão Atlântico será o local privilegiado

A decisão está tomada. O Pavilhão Atlântico, no Parque das Nações, em Lisboa, será o palco que acolherá sete das 11 reuniões ministeriais e ainda a cimeira dos líderes europeus durante a próxima presidência portuguesa da União Europeia.

Uma outra cimeira está igualmente agendada entre a UE e a Rússia, que terá lugar em finais do mês de Outubro nos arredores da capital portuguesa em Mafra.

Um dos aspectos que merecerão especial atenção dos líderes europeus

durante a presidência portuguesa refere-se à problemática do alargamento a novos Estados, sendo que na altura em que Portugal assumir a presidência da UE, a Roménia e a Bulgária já se juntaram entretanto aos actuais 25, iniciativa que está agendada para o dia 1 de Janeiro de 2007.

As cidades do Porto, Guimarães e Évora serão os outros palcos que também vão receber diversas reuniões informais dos ministros dos 25. Para a Cidade Invicta estão programadas reuniões ministeriais do Ecofin (Finanças), que terão lugar a 14 e 15 de Setembro, sendo os dias 16, 17 e 18 reservados ao debate das questões ligadas ao sector da Agricultura e das Pescas.

Évora e Guimarães receberão, respectivamente, nos dias 7 e 8 de Setembro, as reuniões ministeriais informais dos ministros dos Negócios Estrangeiros, e a 5 e 6 de Julho a cidade minhota será o palco da reunião informal de ministros do Emprego e Assuntos Sociais.

As reuniões do Porto terão lugar no Palácio da Bolsa e no edifício da Alfândega.

Cumprindo uma tradição que se mantém desde há muito, o dia 2 de Julho, segundo dia da presidência portuguesa, será reservado para uma visita do colégio de comissários europeus ao país que preside à União Europeia. **R.S.A.**

Cimeira da União debateu questões da agenda de médio prazo

O LÍDER da banca socialista da Assembleia da República, Alberto Martins, referiu que o Conselho Europeu realizado em Bruxelas e que reuniu os chefes de Estado e de Governo, serviu sobretudo como um encontro preparatório para abordar as questões de médio prazo da União Europeia.

Segundo Alberto Martins, apesar da agenda deste encontro ter sido vasta e dos líderes europeus terem dedicado os dois dias da cimeira a debater os diversos pontos em apreciação, o encontro permitiu analisar “as questões que se põem ao funcionamento da Europa a médio prazo”.

De entre os temas que foram debatidos e que muito em breve voltarão a ser objecto de novas conversações, realce para o novo alargamento em perspectiva. O caso da Turquia não deixou de merecer uma nova e redobrada atenção, bem como os desenvolvimentos ao nível das políticas de migração e a realização da

cimeira entre a União Europeia e África.

Como por diversas vezes tem sublinhado o primeiro-ministro José Sócrates, o PS salienta a importância da Turquia no quadro europeu, sem que se deva, por outro lado, descuidar o particular significado da integração dos novos países no quadro de Schengen e a criação de um espaço europeu de justiça, liberdade e segurança.

Em relação ao capítulo das migrações, Alberto Martins defendeu ainda a necessidade de um aprofundamento das políticas comuns tendo em vista um verdadeiro e real combate ao tráfico de seres humanos, devendo a UE apostar seriamente “no favorecimento da imigração legal”.

Outro dos temas que o líder parlamentar socialista se congratulou respeita ao facto da cimeira dos chefes de Estado e de Governo ter debatido o futuro do Tratado Constitucional. **R.S.A.**

OPINIÃO



RUI VIEIRA
Deputado

O reconhecimento dos progressos feitos no combate aos fogos deve constituir, em primeiro lugar, motivo de satisfação para aqueles que, nos mais diversos escalões, trabalharam com afinco para que isso fosse possível

FOGOS FLORESTAIS 2006: RESULTADOS, SUPERARAM A MÉDIA DA ÚLTIMA DÉCADA

NÃO HÁ melhor momento para reflectir sobre o fenómeno dos incêndios florestais do que o período de Inverno, longe da canícula estival e do sensacionalismo noticioso.

Depois de um quinquénio desastoso em que avultaram as calamidades de 2003 e 2005, a situação reclamava uma resposta capaz de travar a progressão destruidora do fogo.

A prudência exigida na abordagem deste tipo de ocorrência e a sua óbvia imprevisibilidade não devem impedir uma reflexão útil sobre a experiência vivida em 2006 e sobre o desempenho do Governo e do dispositivo de combate aos fogos florestais.

Desde logo, deve reconhecer-se que a estratégia de combate delineada pelo Governo contribuiu, nas suas múltiplas variantes, para conter em limites aceitáveis a extensão e intensidade dos fogos florestais.

O ano de 2006 pode até vir a ser considerado como o início de uma nova fase em que a dimensão dos danos causados pelo fogo se situe ao nível do que acontece nos países mediterrânicos da UE.

Num contexto em que o índice de severidade meteorológico apresentou valores semelhantes aos do ano de 2003 e não muito distantes da média dos últimos cinco anos, podem considerar-se extraordinários os seguintes resultados de 2006:

A área ardida não excedeu 25 por cento do valor de 2005 e afastou-se decisivamente da média verificada entre os anos de 2000 e 2005: cerca de 30 por cento.

Contrariamente à experiência de anos anteriores, o elevado número de ocorrências em dias de severidade meteorológica extrema (máximo de 576 ocorrências/dia) não deu origem a megafogos florestais.

Estes resultados não são coisa pouca para o nosso país:

- Representam uma travagem nas enormes perdas de natureza económica, paisagística e ambiental, sofridas nos últimos anos.

- Significam a preservação de um património público e privado de grande valor. A fileira florestal contribui com os seus mais de 1300 milhões de euros em mais de 10 por cento para as exportações, valor ainda mais elevado se lhe adicionarmos cerca de 750 milhões de euros da cortiça e seus derivados.

- Rompe-se, pela primeira vez, nos últimos dez anos, com a situação extremamente negativa de Portugal no contexto europeu, em que não acompanhámos a evolução favorável registada nos países do Sul da Europa. Em 2003, por exemplo, Portugal registou mais de 50 por cento da área ardida nos cinco países da UE da orla mediterrânica.

A meu ver, estes resultados só foram possíveis devido à acção decisiva do Ministério da Administração Interna, que funcionou como locomotiva de toda a acção do Governo.

Saliento a importância da rapidez da primeira intervenção, já assinalada em vários países europeus como elemento decisivo para diminuir o número e duração dos incêndios, bem como a eficácia da cadeia de comando, a formação e motivação dos homens e o esforço de reequipamento realizado.

Também é da mais elementar justiça reconhecer o decisivo papel dos milhares de homens e mulheres que integram o dispositivo nacional de combate aos fogos florestais em todo o país: bombeiros, GNR, Forças Armadas, PJ, PSP, mas também governadores civis, presidentes de câmara e outros eleitos locais. Todos deram o melhor de si para que o combate tenha apresentado resultados que superam em muito aquilo que se verificou em média na última década.

O reconhecimento dos progressos feitos no combate aos fogos deve constituir, em primeiro lugar, motivo de satisfação para aqueles que, nos mais diversos escalões, trabalharam com afinco para que isso fosse possível.

Todavia, essa justa satisfação não deve levar-nos a ignorar o trabalho ciclópico que espera o Governo nos próximos anos e que se deve traduzir num esforço contínuo de ordenamento do território e da floresta. Esse desígnio precisa, para ser alcançado, de muita energia, persistência e recursos, sendo certo que os resultados só se verão a médio e longo prazo.

“Não vamos despedir ning

Caso Portugal não avançasse rápida e de forma resoluta no caminho das reformas, era a sua sustentabilidade como país e a sua competitividade económica que seriam postas em causa a breve prazo. De entre as diversas reformas que o actual Governo está a levar a cabo, que abrangem os mais diversos níveis da nossa vida colectiva, a da Administração Pública assume uma particular relevância e uma importância redobrada.

Como acentua, em entrevista ao “Acção Socialista” o secretário de Estado da Administração Pública, João Figueiredo, as reformas vão continuar em 2007 ao nível do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), nomeadamente no que respeita à estabilização nas novas estruturas e avaliação do sistema de carreiras, remunerações e apreciação do desempenho dos funcionários públicos, incluindo dirigentes, dos próprios serviços e operacionalização do regime comum de mobilidade.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

O Governo está a emprender um conjunto de reformas, nos mais variados patamares da nossa vida pública, que importa realçar. Todavia, não estaremos a assistir a um processo demasiadamente abrangente. Ou, por outras palavras, não se estará a fazer tudo e muito ao mesmo tempo?

É uma análise que poderia ter algum acolhimento não fora o caso de Portugal se debater com muitos anos de atraso, neste, como em muitos outros capítulos, em relação aos nossos parceiros europeus.

O país precisa de percorrer, muito rapidamente, o caminho das reformas se de facto nos queremos colocar a par dos restantes países da União Europeia.

É claro que modernizar e reformar, nomeadamente a Administração Pública, tarefa que este Governo já iniciou, constitui um processo que não se decide por decreto, nem tão-pouco se processa por um passe de mágica.

Trata-se de uma missão que se desenrola ao longo de alguns anos, que se empreende fruto do somatório de dezenas, mesmo de centenas de iniciativas específicas, de projectos e de acções de modernização dos serviços e organismos do Estado, cada um contribuindo para um mesmo objectivo final: diminuir a dimensão da Administração Central do Estado e melhorar, simultaneamente, a qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos, em benefício do desenvolvimento económico do país.

Qual o diagnóstico que é possível fazer-se do estado em que se encontrava a nossa Administração Pública quando o Partido Socialista chegou, há cerca de ano e meio, ao Governo?

Antes de mais talvez seja inte-

ressante lembrar que a análise que o Governo faz sobre a situação da Administração Pública é algo que está subjacente ao programa eleitoral que o Partido Socialista apresentou ao país.

Com efeito, as medidas mais importantes que o Governo tem vindo a tomar ao nível da Administração Pública, são iniciativas que já estavam inscritas no programa eleitoral do PS. Nenhuma reforma que este Governo esteja a promover pode ser considerada como uma surpresa ou sequer uma novidade porque elas foram anunciadas no programa eleitoral do Partido Socialista e entretanto sufragadas pela maioria dos portugueses.

A máquina da Administração Pública é de facto tão pesada e complexa como se apregoa?

Infelizmente ainda é uma Administração Pública que em vários domínios se debate com muitos atrasos e uma assinalável ausência de modernização. A minha resposta é portanto afirmativa. É ainda uma máquina muito complexa e pesada. Mas há também muitas experiências de excelência.

Mas gostaria, todavia, de realçar que para analisarmos de forma objectiva o fenómeno da Administração Pública, para além de muitos outros aspectos, porque se trata, como disse, de uma máquina muito complexa, teremos que observar e examinar três principais aspectos.

Saber, em primeiro lugar, como é que se organiza, depois quais os recursos humanos de que dispõe e que qualificações têm esses funcionários que trabalham nos organismos públicos e, finalmente, é importante que saibamos a forma como tudo isto se organiza e interliga e funciona.

Só na posse destes dados poderemos então ter uma ideia, a mais



guém da Função Pública”

“A modernização da Administração Pública é uma componente essencial do processo de desenvolvimento do nosso país”

aproximada possível, do estado da Administração Pública, da dinâmica de funcionamento e da sua gestão.

E quando refiro a necessidade de recolhermos estes elementos, de forma a podermos efectuar uma análise que seja tão fiel quanto possível da realidade, estou igualmente a pensar em dispormos de elementos concretos sobre o nível de utilização que a Administração Pública faz daquilo a que chamamos de administração electrónica.

Em muitos sectores o uso das novas tecnologias, tanto no funcionamento como na relação com os cidadãos, já é feito de forma muito intensa.

Mas o Governo, apesar de não dispor ainda de todos os elementos, já chegou a algumas conclusões?

Claro. E uma das constatações a que chegámos foi que a Administração Pública ao longo das últimas duas décadas, do ponto de vista dos serviços, cresceu sem uma orientação definida.

Ou seja, aos serviços já existentes foram-se criando e juntando sempre outros serviços, às direcções-gerais existentes foram-se criando novas direcções-gerais, aos institutos públicos existentes foram-se acrescentando novos institutos públicos, e portanto a máquina por si, independentemente dos recursos, foi crescendo e aumentando o número de organizações e foi crescendo também a dimensão das organizações.

Portanto, durante os últimos vinte anos nós assistimos em Portugal e em relação à máquina do Estado, a reformas, não de natureza

global mas meramente pontuais que indiciavam esta dinâmica de crescer a todo o custo.

E foi esta dinâmica de crescimento, associada sistematicamente ao aumento das actividades dos serviços públicos, que depois acarreta também a necessidade de chamar novos recursos, quer humanos, quer financeiros, que fez aumentar de forma desproporcionada a máquina administrativa do Estado.

Do ponto de vista das organizações o que se poderá afirmar em síntese é que se cresceu mas sem qualquer orientação.

Perante este diagnóstico, o Governo não teve dúvidas de que era preciso redimensionar e reorientar a máquina da Administração Pública, sobretudo da administração do Estado, no sentido de uma diminuição das organizações existentes, não só em número como também em dimensão.

Ao termos feito a opção, estamos a transmitir a ideia de que não queremos perder de vista que quando as organizações têm um crescimento muito acentuado elas geram mais burocracia e complexidade no seu funcionamento, facto que se traduz, regra geral, num maior e mais acentuado distanciamento em relação aos cidadãos, às empresas e ao país no seu todo, consumindo, deste modo, cada vez mais recursos para si própria.

Recursos que, na opinião do Governo, poderiam e deveriam ser aplicados noutras áreas e noutros sectores da vida nacional?

Exacto. E a este propósito gostaria de referir um estudo, que até nem foi encomendado pelo actual Governo, onde se afirmava que

havia uma percentagem muito elevada de recursos públicos que se destinavam, não ao desenvolvimento do país ou a aumentar a qualidade de vida do cidadão, mas a alimentar a própria máquina burocrática da Administração Pública. Ora, este cenário, que em grande medida ainda faz parte do nosso quotidiano, mas que o Governo está na firme disposição de alterar, resulta do tal crescimento sistemático de que a Administração Pública foi alvo e da própria lógica do funcionamento.

Inverter esta problemática é a tarefa prioritária que temos entre mãos e para a qual se estão a encontrar as respostas necessárias.

E queremos alterar como? Com a aplicação do PRACE através do qual iremos conseguir mudar o actual “statu quo”, colocando a Administração Pública a responder de forma célere aos cidadãos e às empresas, diminuindo a burocracia e aumentando a rapidez nas respostas.

E quais os resultados já obtidos com os primeiros passos do PRACE?

Já há, de facto, alguns efeitos práticos resultantes da aplicação no terreno do Programa de Reestruturação da Administração Pública.

Cito, por exemplo, o que aconteceu a partir de Abril de 2006, quando o Governo tomou a decisão de aprovar medidas tendentes ao redimensionamento dos ministérios, a que se veio juntar, dois meses depois, uma outra iniciativa referente às leis orgânicas de todos os ministérios, normas legais que entraram em vigor no passado mês de Outubro.

>>>



“As reformas que introduzimos já resultaram numa diminuição de cerca de 25,6 por cento nas estruturas da Administração Pública”

>>>

Deste redimensionamento já com resultados práticos, resultou uma diminuição de cerca de 25 por cento das grandes estruturas da Administração Central.

Ou seja, através das leis orgânicas dos ministérios já se conseguiu diminuir um quarto da dimensão da Administração. É claro que este processo levará algum tempo até permitir a obtenção de resultados satisfatórios, mas a concretização de todo o processo ainda vai passar pelas leis orgânicas de todos os serviços, direcções gerais e institutos públicos, que, nos termos das leis orgânicas dos ministérios, se vão manter.

E manter-se-ão alguns com as actuais dimensões, enquanto que outros, institutos e direcções-gerais, poderão dar origem a novas organizações, quer por via das fusões, quer porque sofrerão profundas reestruturações.

Neste momento, estamos numa fase relativamente avançada do processo que passa pela aprovação das leis orgânicas dos serviços públicos. Depois de ver as leis orgânicas dos ministérios aprovadas, que são as quinze grandes organizações que o Estado Central tem, dentro de cada uma destas quinze, há dezenas de serviços mais pequenos, e neste particular estamos a falar de direcções-gerais e de institutos públicos, que também serão alvo de reformas adequadas.

Estamos a fazer as reestruturações necessárias destas unidades mais pequenas, embora algumas tenham milhares de funcionários, ou seja, a nossa atenção está neste momento focada nos institutos públicos e nas direcções-gerais.

Com os pareceres dos dirigentes de cada uma destas unidades, serão então fixadas as normas que determinarão se cada uma destas unidades continua ou não a necessitar do mesmo número de funcionários ou se, pelo contrário, fruto da reestruturação de que foram alvo, poderá diminuir substancialmente o quadro de pessoal ou em certos casos, aumentá-lo.

Caso se verifique que há funcionários a mais em alguns desses serviços, poderá haver lugar a despedimentos?

Esse não é o cenário que colocamos. O que certamente se irá verificar é que nuns serviços poderá haver funcionários a mais que serão, nestes casos, deslocados para outros serviços onde se verifique que há falta de pessoas.

Esta é a política que queremos incrementar. Hoje já sabemos que há muitas situações destas e o que pretendemos é requalificar as pessoas, dando-lhes os instrumentos técnicos necessários para poderem vir a desempenhar as novas funções com operacionalidade e qualidade.

O Governo nunca disse que havia nos serviços públicos funcionários a mais ou a menos. Isso foi algo que ninguém ouviu da nossa boca. A posição do Governo tem sido, desde sempre, em primeiro lugar, que se deve efectuar o necessário levantamento, etapa que estamos



agora a percorrer, e só depois é que então poderemos ter uma ideia mais exacta de toda esta realidade.

O regime da mobilidade é isto mesmo, e nada mais do que isto. Queremos saber que serviços têm funcionários a mais e quais os que têm a menos.

Só assim poderemos planear e reorganizar cada serviço, tornando-o mais operacional e capaz de responder eficazmente às solicitações da população e das empresas.

A análise de quantos funcionários públicos existem, se há ou não excesso de pessoal na Administração Pública, está a ser feita de forma global ou de forma parcial?

O que estamos a fazer é estudar caso a caso. Não poderia ser de outro modo. Para se obterem resultados cuidadosos e rigorosos o único método aconselhável era fazermos os necessários levantamentos, serviço a serviço, ouvindo os responsáveis e analisando todos os dados.

É claro que já fizemos o levantamento dos recursos humanos da Administração Pública, um trabalho, é bom recordar, que estava por fazer desde 1999.

Com os dados que agora temos, podemos afirmar que apurámos que na Administração do Estado existem 568 mil funcionários, na Administração Regional cerca de 39 mil e na Administração Autárquica aproximadamente 130 mil funcionários. Isto dá um total de 738 mil funcionários.

Este levantamento permitiu-nos

ver quantos funcionários públicos existem, nas diversas administrações, central, regional e local, que qualificações académicas e outras possuem, quais as carreiras profissionais em que estão inseridos, que níveis etários têm, que remunerações, que tipo de vínculos têm com a entidade empregadora, e se são funcionários de nomeação, ou se têm um contrato definitivo ou a prazo.

O que este levantamento veio permitir foi podermos passar a identificar, exactamente, quem é quem e onde está e, a partir daqui, poderemos gerir de forma racional os recursos humanos que trabalham na Administração Pública.

Poderemos então dizer que este Governo dispõe, como resultado do trabalho que empreendeu, do retrato exacto dos recursos humanos de todos os funcionários da Administração Pública.

É portanto falso, como certa oposição vem afirmando, que o Governo quer despedir funcionários públicos?

Essa tese é completamente falsa. Em lado nenhum isso está escrito ou em lado nenhum esse ponto de vista foi defendido por qualquer responsável do Governo.

No regime de mobilidade que nós consagramos, e quando digo nós, quero dizer a Assembleia República, que o aprovou sob proposta do Governo, em nenhum sítio se prevêem despedimentos ou desvinculações.

O que pode acontecer, se porventura um funcionário, ou um conjunto de funcionários, for considerado

excedentário naquele lugar, porque se chegou à conclusão que o seu posto de trabalho naquele serviço não é necessário, então o recurso é colocar esse funcionário na situação que nós designamos como de mobilidade especial.

Mas também neste particular, o trabalhador manterá todos os seus direitos com a particularidade de ver a sua remuneração reduzida passado dois meses em um sexto, e passados oito meses em dois sextos do seu vencimento.

Mas ao mesmo tempo que esta situação se dá, com os seus direitos remuneratórios reduzidos, o que passa a acontecer é que ao funcionário é reconhecido, simultaneamente, um outro direito que é a possibilidade, se assim o entender, de iniciar uma actividade profissional fora do Estado, sem diminuição do seu vencimento.

Esta é uma situação absolutamente excepcional. Penso que nenhuma outra entidade patronal está preparada para dizer ou permitir que um seu funcionário possa ir para outro lado trabalhar, e que ao mesmo tempo lhe garanta a continuidade de, pelo menos, quatro sextos do seu ordenado, ou seja, 66,6 por cento do seu vencimento.

Contudo, há ainda um outro imperativo a que o trabalhador fica vinculado, e que passa obrigatoriedade por ter que regressar à Função Pública, caso o Estado volte a precisar dos seus serviços.

Qual a opção nesse caso?

Nesta circunstância a opção é do

“Com a entrada em vigor da Lei 53/2006, de 7 de Dezembro, estão criadas as condições para aumentar a eficácia na gestão e mobilidade dos recursos humanos da Administração Pública”

funcionário. Ou regressa e readquire todos os direitos e o respectivo vencimento que auferia antes de ser posto no regime de mobilidade especial, ou não volta e nesse caso o que a lei prevê é que ele poderá recorrer àquilo a que designamos como uma licença extraordinária, caso em que fica isento do dever de voltar a trabalhar para o Estado.

Mas mesmo nesta situação, continua a não perder o direito ao seu salário. Numa primeira fase fica com 70 por cento do que estava a receber, regra que perdurará por um período de cinco anos, passando depois para os 60 por cento, caso queira continuar a trabalhar fora da Administração Pública e, a partir do décimo ano, passará a receber 50 por cento do vencimento.

Onde é que está o despedimento aqui? Só por má-fé ou desinformação é que se poderá afirmar que o Governo quer despedir na Função Pública. Nós inclusivamente levantamos a hipótese de esse trabalhador ter um percurso profissional fora do Estado, sem o dever de retomar as funções públicas, e sem que nós, paralelamente, o abandonemos.

O Estado mantém a sua retribuição, que em nenhum caso baixa dos 50 por cento, cenário que o funcionário poderá manter até ao dia da sua aposentação.

A pergunta que coloco é esta: que entidade patronal aqui ou noutra sítio qualquer abre um panorama tão abrangente, e na minha opinião tão aliciante, a um seu trabalhador como este que o Governo está a criar?

Socialistas votaram contra Orçamento de propaganda e resignação

CÂMARA DAS CALDAS DA RAINHA

J.C. CASTELO BRANCO

FACE “aos incumprimentos do passado”, ao “perfil resignado” da gestão municipal e à “indisponibilidade” da maioria do PSD para acolher a totalidade das seis propostas para as Grandes Opções e o compromisso político, os vereadores do PS António Galamba e Nicolau Borges votaram contra o Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal das Caldas da Rainha para 2007.

Na declaração de voto, os vereadores lembraram que, em 2005, votaram favoravelmente as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2006, tendo por pressuposto um conjunto de propostas e compromissos políticos aceites pela maioria PSD, e que iam desde a remodelação do edifício da UAL para o Núcleo Escolar do Oeste do INFTUR até à intervenção no bairro das Morenas, através da erradicação do parque habitacional degradado, até à presença de peças de fruta produzidas no município nos menus das refeições para as crianças do ensino básico.

Mas, sublinham os vereadores socialistas, “um ano depois”, das propostas determinantes para o sentido de voto do PS, “nenhuma foi concretizada”.

Aliás, segundo António Galamba e Nicolau Borges, “o grau de execução sempre foi uma das principais fragilidades da gestão da maioria PSD, sublinhada em diversos momentos pelo PS”. Por exemplo, lembraram, “à data de 17 de Novembro de 2006, o nível de execução anual do Plano Plurianual de Investimentos é de 34,81 por cento”.

Decorrido um ano, os vereadores socialistas afirmam que os factos continuam a sustentar as críticas que então formularam sobre o perfil da gestão municipal do PSD.

Assim, referiram que, entre outros pontos, “o município continua sem uma estratégia de desenvolvimento



sustentável, sem uma linha de rumo para a sua afirmação. O paradigma económico das Caldas é ao nível empresarial, o encerramento de empresas”, o centro histórico, apesar das intenções, “permanece em estado de impasse, sem requalificação, sem uma relação de colaboração estratégica com o Centro Hospitalar e sem dinamização urbana” e “as Caldas continuam a não assumir o seu papel de referência principal na Região Oeste, a Sede da COMURB Oeste está ser construída porque as Caldas pagam, porque no resto, no que implica iniciativa, criatividade e empreendedorismo somos ultrapassados por outros municípios”.

Três pecados capitais

Quanto às Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2007, os vereadores consideram que estes documentos estão tolhidos por “três pecados capitais”. O primeiro, é que, sublinham, “são instrumentos de gestão e propaganda elaborados com a firme convicção de criarem nos caldenses uma ilusão de grande capacidade e mpreendedora, depois desmentida por uma taxa de execução orçamental em 2006 em 17 Novembro de 34,81 por cento”.

O segundo pecado capital tem a ver com o facto de serem “instrumentos de ilusão”, porque, à semelhança do que aconteceu com o Plano Estratégico de Caldas da Rainha, apresentam “projectos dependentes de financiamento da Administração

Central sem que exista qualquer compromisso concreto desta. Neste contexto, não é um Orçamento de rigor e de verdade”

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano enfermam ainda de um terceiro pecado capital que é serem “instrumentos de gestão para serem concretizados por uma maioria política que aposta na manutenção dos equilíbrios existentes, na ausência de uma qualificação dos elementos de identidade de Caldas da Rainha e na procura de novos meios para promover a criação de emprego, para acorrer aos crescentes desafios da acção social, para defender o ambiente e a qualidade de vida e para colocar o cidadão no centro do funcionamento dos serviços municipais”.

Seis propostas do PS

António Galamba e Nicolau Borges enunciaram depois as seis propostas que apresentaram como condição para viabilizarem o Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara e que não tiveram qualquer acolhimento por parte da maioria laranja.

São elas “a requalificação da Praça da República (Praça da Fruta), através da manutenção do tabuleiro, da construção de um parque de estacionamento subterrâneo e da implantação de instalações de apoio aos comerciantes que aí exercem a sua actividade”; “o lançamento do Programa Mais Conforto Programa de Requalificação das Habitações Degradadas dos Idosos mais Carenciados”; “a requalificação da Zona Industrial e Criação do Parque empresarial e tecnológico; “a criação de uma Unidade Móvel de Saúde de Apoio aos Idosos”; “a criação da Oficina de Saberes Rurais”; e “a ligação da Ciclovia da Foz do Arelho (rotunda da Zona Industrial) ao Centro da Cidade e criação de Ciclovia entre Caldas da Rainha e Óbidos, num projecto a articular com o município de Óbidos”.

X Encontro Nacional da Juventude reuniu centenas de jovens em Santo Tirso

O PRESIDENTE da Câmara Municipal, Castro Fernandes, congratulou-se com a realização, em Santo Tirso, do X Encontro Nacional da Juventude, que transformou, nos primeiros dias de Dezembro, o concelho na Capital Nacional da Juventude.

No seu discurso de encerramento, o autarca socialista reconheceu perante a plateia de jovens que as câmaras não têm feito pela juventude tudo o que esta merece, garantindo que, em Santo Tirso, esta realidade está a ser alterada. Outra realidade do concelho bem diferente da vivida

na maior parte do resto do país é a presença de jovens na vereação, na assembleia municipal e nas juntas de freguesia.

Outros exemplos da prioridade dada à juventude, segundo Castro Fernandes, são as iniciativas organizadas pela Câmara Municipal de Santo Tirso para a Juventude de que o Cartão-Jovem é o mais recente e conseguido exemplo. O presidente da autarquia tirsense fez questão de lembrar a boa qualidade de vida que o seu concelho oferece aos jovens que o escolhem para viver. Perto dos grandes centros urbanos, Santo Tir-

so oferece condições de habitação única, a preços muito competitivos, sendo, por isso, e cada vez mais, um local escolhido para viver.

Durante três dias, o pavilhão municipal de Santo Tirso transformouse num grande centro de congressos onde foram debatidos por mais de 500 jovens temas considerados essenciais para a juventude. O X Encontro Nacional da Juventude teve como tema “Os Jovens e o Futuro da Europa”, foi organizado pelo Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e contou com o apoio da Câmara Municipal de Santo Tirso.

OPINIÃO



RUI SOLHEIRO
Presidente da ANA/PS

Parece-me também estar na hora de avançar com a nova legislação eleitoral autárquica de forma a melhorar o funcionamento dos municípios, garantindo estabilidade política aos executivos e reforçando os poderes dos órgãos deliberativos

TRINTA ANOS DE PODER LOCAL DEMOCRÁTICO

O PODER local autónomo e livre inscreveu-se no património da democracia portuguesa.

Antes do 25 de Abril de 1974 quase tudo estava por fazer na vida autárquica. Na esmagadora maioria do território nacional não havia água ao domicílio, saneamento, vias de comunicação ou electricidade. As carências eram arrepiantes e as ambições, legitimamente, enormes.

As eleições autárquicas de 1976 marcaram o início de uma grande caminhada que mobilizou o país. Foram 30 anos em que mais de meio milhão de mulheres e homens, eleitos pelas comunidades, construíram um país novo.

Durante três décadas, infra-estruturou-se o país e construíram-se equipamentos essenciais; acessibilidades, saneamento básico, escolas, bibliotecas, pavilhões, piscinas, urbanização e qualificação ambiental, desenvolvimento económico, são algumas áreas em que o poder local investiu e que transformou a qualidade de vida dos portugueses e a face do país.

O poder local ajudou a consolidar a democracia política e democratizou o investimento público em Portugal.



Mas está na hora de virar a página e preparar o futuro aceitando novos desafios.

Desde logo, manifestando, mais do que a disponibilidade, o empenhamento dos autarcas no pacote de novas competências que o Governo propõe e que são essencialmente nas áreas da educação, saúde e acção social.

Tendo consciência de que o poder local estando mais próximo das populações pode dar melhor resposta à resolução de muitos problemas, constitui obrigação dos autarcas empenharem-se neste processo descentralizador que trará indiscutíveis benefícios para a vida dos munícipes que representam.

Importa também que os autarcas assumam, em parceria com o Governo, um esforço sério no combate à burocracia que estrangula o desenvolvimento do país.

Considero importante o anúncio da nova legislação regulamentadora do Associativismo Municipal, que vai revogar o infeliz “pacote Relvas”, criando condições para que os municípios se associem ao nível de Nut's III ou de seus múltiplos dando unidade e dimensão territorial às novas Associações de Municípios que terão um papel relevante na gestão do QREN 2007/2013.

Parece-me também estar na hora de avançar com a nova legislação eleitoral autárquica de forma a melhorar o funcionamento dos municípios, garantindo estabilidade política aos executivos e reforçando os poderes dos órgãos deliberativos.

Em suma, há muito ainda por fazer no sentido de reforçar a credibilidade e transparência dos municípios, com repercussões políticas na valorização pelos cidadãos do poder local.

Aproveito para desejar a todos os socialistas, pessoal e politicamente, um óptimo 2007.

OPINIÃO



FERNANDO RODRIGUES
Presidente da Câmara Municipal de Montalegre

Esta lei é boa. Põe ordem na casa, disciplina as contas e contribui para a credibilidade e bom nome do poder local

LEI DAS FINANÇAS LOCAIS RESPONDE AOS NOVOS DESAFIOS DA SOCIEDADE

A NOVA Lei das Finanças Locais é uma lei moderna para responder aos novos desafios da sociedade e aos que se colocam ao poder local.

Mas há dois capítulos que considero muito importantes: o do endividamento e o da derrama. Estes dois temas, que acompanham o carácter inovador da lei, são exemplos de coragem política e criam disciplina e justiça.

Esta lei criou alguma discussão. E sobre o tema houve alarme e demagogia. E a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) não esteve nada bem neste processo. Primeiro, porque quis pressionar o Governo através da opinião pública. Segundo, porque deixou passar a ideia de querer fazer combate político contra o Governo. E foram dois erros.

A ANMP deve defender o interesse dos municípios, é isso que lhe cabe, mas não deve reforçar a imagem que muitos fazem de nós, que só queremos mais dinheiro, que somos despesistas.

E o outro erro foi a estratégia seguida, e tem a ver com o facto de se eleger o endividamento como tema principal do combate à lei. E atacar a lei pelas novas regras do endividamento era perder a guerra à partida. Primeiro, porque o Governo tinha razão.

Segundo, porque a opinião pública está, injustamente, contra nós. E a opinião pública apoia a lei, porquê? Porque os autarcas, em abstracto, é certo, têm má imagem. Somos despesistas, dizem. E o combate à lei só serviu para passar essa má imagem e desconfiança com que somos vistos.

Ouvi, e acho que todos já ouviram dizer: "O Governo vai metê-los na ordem". Isto é um insulto. Nós andamos na ordem e na lei. Mas porque é que dizem isto? Por culpa de alguns inimigos do poder local democrático, mas também por culpa própria. E neste caso por culpa da ANMP por muitas declarações precipitadas, para não dizer impróprias, que geraram efeito contrário ao que se pretendia.

Porque é que genericamente as oposições nas autarquias são a favor da lei e os poderes são genericamente contra?

Nós queremos fazer mais, queremos acelerar o desenvolvimento dos nossos concelhos e antecipar o bem-estar das nossas populações. Mas as câmaras não são nossas. Nós vamos embora e as câmaras ficam.

As oposições têm também legítimas ambições para governar. E quem vier a seguir a nós tem o direito de receber as condições financeiras e de governabilidade indispensáveis. E nós temos obrigação de deixar obra, mas também o que atrás referi faz parte do legado que nos cabe transmitir.

Temos que ser equilibrados e reconhecer que era urgente colocar outros limites ao endividamento. Pelo que disse, mas também pela situação financeira do país. E porque alguém, para além de nós, também deve assegurar essa governabilidade futura das autarquias – o Governo.

Há câmaras, dizem colegas eleitos recentemente, que estão na falência. Não têm dinheiro para nada, nem para cumprir os encargos assumidos. E não queriam mudar? Por isso, o Governo só fez o que

lhe competia.

E mesmo assim ainda fica margem às autarquias para não se verem impedidas de realizar obras estruturantes. A lei diz que podem recorrer ao crédito, mesmo as que já tenham ultrapassado os limites, desde que seja para obras do Quadro Comunitário e de Reabilitação Urbana.

E na minha opinião, chega. Portanto, esta lei é boa. Põe ordem na casa, disciplina as contas e contribui para a credibilidade e bom nome do poder local.

Esta lei combate o despesismo que alguns criticavam e que agora parece desejavam só porque não tem responsabilidade governativas.

Outro aspecto muito positivo foi a integração da Lei da Derrama na Lei das Finanças Locais. E nesse capítulo foram incluídas duas normas novas. Uma que permite a distribuição mais justa da derrama e outra que permite aprovar valores diferenciados deste imposto para pequenas empresas com menos de 150 mil euros de facturação.



Esta norma é generosa e vai consagrar a justa participação na riqueza produzida em cada município, ao contrário do que acontecia antes, em que ia tudo para o município da sede das empresas, mesmo que essas empresas não gerassem aí qualquer lucro.

É o caso de 50 municípios com barragens que podem agora aceder à participação desse imposto noutras condições muito mais vantajosas.

Os municípios com barragens viram os melhores terrenos agrícolas inundados e os seus proprietários espoliados. A autarquia nunca mais recebeu contribuição autárquica desses terrenos nem voltaram a ser transaccionados, perdendo-se assim quaisquer hipóteses de receitas da antiga sisa. O território foi prejudicado com caminhos, estradas e pontes submersas e comunicações dificultadas. Viram ainda as condições climáticas alterar-se e vir o nevoeiro e ainda o risco de acidentes.

E o emprego que em tempos estas barragens criaram, acabou, porque são hoje comandadas por novas tecnologias, desde os grandes centros. Os 50 municípios, pobres, e do interior, dão uma riqueza ao país, e os impostos eram cobrados noutros locais. E o Governo, ao alterar a lei, só fez justiça ao dar a estes municípios o que eles já deviam ter há muito tempo.

E porque é que ANMP não foi ela a apresentar esta proposta? E porque é que o PSD votou contra esta norma em concreto? Que interesses defendem, afinal?

PS/Oeiras não abdica do rigor para fiscalizar a Câmara de Oeiras



APÓS um pedido de esclarecimentos do líder da bancada socialista na Assembleia Municipal de Oeiras, Marcos Sá, a empresa que fornecia os jornais e revistas à biblioteca municipal, da qual é sócio e fundador o presidente da Câmara, Isaltino Morais, devolveu à autarquia um montante de três mil euros, recebido pela venda daqueles artigos à Câmara.

Na referida reunião da Assembleia Municipal, Marcos Sá afirmava que o negócio em causa violava claramente a lei e constituía "uma inaceitável situação de promiscuidade de interesses", pelo que pedia que esta situação fosse "cabalmente esclarecida".

E reafirmava que o PS "jamais abdicará" na Assembleia Municipal de Oeiras de "cumprir o seu contrato com os seus eleitores, que é fiscalizar com rigor a gestão da Câmara" e "exigir com intransigência a transparência" de todos os actos ou decisões que "levantem dúvidas" quer no presente quer as que surjam do passado.

O líder da bancada socialista solicitou ainda uma explicação em relação a uma decisão em final de mandato da anterior presidente da Câmara, Teresa Azambujo, do PSD; quando criou a carreira de transporte de Linda-a-Velha, a MoveOeiras, que o actual presidente da autarquia considerou ser "um meio de transporte absolutamente ilegal, visto que não foi aprovado por ninguém". Perante esta "afir-

mação grave", Marcos Sá pretendeu saber se "foi dado conhecimento desta situação" ao Tribunal de Contas e à Inspecção-Geral da Administração do Território.

Na intervenção que efectuou na última reunião da Assembleia Municipal, Marcos Sá sublinhou ainda que "o PS aceitou recentemente pelouros unicamente com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento do município em prol das pessoas que cá vivem" e que "jamais contribuiríamos para prejudicar e bloquear o desenvolvimento da terra que escolhemos para viver com a nossa família".

Neste quadro, disse que o PS "é o único partido no concelho de Oeiras que trabalha com afinco para o seu desenvolvimento e em prol da qualidade de vida dos seus municípios sem nunca abdicar do rigor e da transparência". J. C. B.

Unidade Móvel Médico-Social de Mértola reconhecida pela ONU

A UNIDADE Móvel Médico-Social (UMMS) da Câmara Municipal de Mértola viu a sua actividade reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), ao ser seleccionada para fazer parte de um restrito número de 48 projectos que, em todo o mundo, se distinguem pela sua actividade em prol do desenvolvimento comunitário.

A escolha sucedeu no âmbito do Prémio para as Melhores Práticas, a que o Gabinete de Desenvolvimento Social (GDS) da Câmara se candidatou em Março deste ano.

Criado em 1997, e atribuído de dois em dois anos, o Prémio para as Melhores Práticas visa distinguir projectos inovadores que produzam um impacto local na áreas social, económica ou ambiental e que cumpram com os princípios da Agenda Habitat, Agenda 21 e os Objectivos de Desenvolvimento para o Milénio.

Desde Setembro de 2002 que a UMMS percorre diariamente



o concelho de Mértola, tendo-se tornado numa visão familiar para a população, em especial a mais isolada. Ao longo dos últimos quatro anos, a UMMS atendeu mais de 5400 municípios, percorreu quase 58 mil km – mais do que o suficiente para dar a volta à Terra pelo Equador – e realizou 29 campanhas diferentes. Entre estas incluem-se a campanha anual de vacinação gratuita contra a gripe; os rastreios da diabetes, colesterol e obesidade; e as campanhas de sensibilização e informação sobre higiene oral, cancro da pele, cancro da mama, automedicação, acidentes domésticos, tabagismo ou alimentação equilibrada.

Grupo de trabalho do PS para a reforma do Parlamento reuniu-se pela primeira vez



OS SOCIALISTAS que fazem parte do grupo de trabalho responsável pela reforma do funcionamento do Parlamento reuniram pela primeira vez após terem sido nomeados pela sua bancada.

Liderado por António José Seguro, o grupo de trabalho é constituído ainda pelos deputados Mota Andrade, Vitalino Canas, Maria de Belém, Ana Catarina Mendes, Celeste Coreia, Pita Ameixa, Manuel Pizarro, Rui Vieira, Paula de Deus e Paula Barros.

O primeiro encontro serviu para a aprovação dos métodos de trabalho a seguir por este grupo que dará por concluída a sua tarefa no próximo dia 31 de Março de 2007.

Apesar de ser muito cedo para se saberem quais as propostas de reformas que este grupo irá apresentar, António José Seguro já garantiu, contudo, que o objectivo “não é fazer uma evolução na continuidade”.

Saber se o Parlamento corresponde hoje às expectativas que nele depositam os portugueses e introduzir as mudanças necessárias será uma das tarefas de que este grupo de trabalho está incumbido.

Como referiu o líder parlamentar do Partido Socialista, Alberto Martins, o objectivo é transportar o trabalho realizado por este grupo e confrontá-lo posteriormente, até ao final da legislatura, com as ideias e sugestões das restantes bancadas.

Recorde-se que em Maio passado, Alberto Martins agendou para a sessão legislativa que se iniciou em Setembro, a reforma do funcionamento do Parlamento, uma vez que este assunto assume particular interesse para o PS, tendo em vista, como sublinhou na altura o líder parlamentar socialista, “a necessária modernização dos trabalhos parlamentares dando-lhes, paralelamente, maior visibilidade mediática”.

Na opinião do líder parlamentar do PS, a reforma a introduzir deveria contemplar, entre outras medidas, “uma redução das sessões plenárias semanais, ficando estas reservadas mais para o debate político e menos para a discussão técnica”, tendo ainda sugerido a criação de novos gabinetes no Parlamento destinados ao atendimento dos eleitores.

O grupo de trabalho do Grupo Parlamentar do Partido Socialista convida os militantes do PS a apresentar sugestões e propostas de modernização e funcionamento da AR.

Os contributos podem ser enviados para o seguinte endereço de correio electrónico: reformaparlamento@ps.parlamento.pt, ou para Grupo de Trabalho para a Reforma do Parlamento, GPPS, Palácio de S. Bento, 1249-068 Lisboa.

Deputados associam-se à campanha europeia contra a violência doméstica

TODOS os partidos com assento parlamentar na Assembleia da República condenaram a violência doméstica e defenderam um combate mais eficaz e activo a este flagelo. Deste modo, o Parlamento português associou-se à campanha europeia de luta contra este flagelo social que afecta principalmente mulheres, idosos e crianças.

“Quanto mais eficazes e activos formos no combate à violência doméstica mais casos serão denunciados e conhecidos (...) Quanto mais apoio e segurança sentirem as vítimas de violência doméstica, mais coragem e capacidade terão para denunciarem os maus tratos de que são vítimas”, defendeu a deputada socialista Sónia Fertuzinhos, numa intervenção do período antes da ordem do dia, na Assembleia da República.

Recordando que a violência doméstica é a maior

causa de morte de mulheres entre os 16 e os 44 anos e que, em todo o mundo, um quarto das mulheres é em algum momento da sua vida vítima de violência doméstica”, Sónia Fertuzinhos apelou a que todos assumam as suas responsabilidades.

“Portugal tem seguramente muito a aprender”, disse.

Já o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Jorge Lacão, deixou a garantia de que o Governo do PS está a trabalhar nesta área, nomeadamente no aperfeiçoamento das casas de acolhimento.

“As várias medidas para combater a violência e a violência doméstica em particular, que visam alertar consciências e apontar caminhos de acção nunca serão demais”, declarou.

OPINIÃO



MARIA ANTÓNIA ALMEIDA SANTOS
Deputada

Reflectir sobre as consequências é identificar as causas. Combatê-las é uma questão de consciência cívica, ligada ao sentido de responsabilidade e à indeclinável vontade de agir

INDECLINÁVEL VONTADE DE AGIR

A PASSAGEM de mais um aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos deve constituir um pretexto para um momento de reflexão igualmente universal.

Neste terceiro milénio, como é possível que nos possamos encontrar numa sociedade tão injusta, tão desumana, tão desigual? Serão precisos novos valores na Declaração Universal dos Direitos Humanos? Penso, sinceramente, que não!

O que acontece é que temos, todos, de exigir o respeito pelos direitos consagrados na Declaração, mas também, e sobretudo, assumirmos determinadamente os deveres que nos cabem. Elaborada por juristas, veio a constituir no essencial um básico enunciado de direitos, ao contrário das cartas de valores éticos do passado, de origem religiosa, traduzidas predominantemente, se não exclusivamente, numa proclamação de deveres. Um jurista sabe que não há direito válido a que não corresponda a obrigação passiva universal traduzida no dever de respeitá-lo.

Basta o reconhecimento por cada cidadão de que, para ver respeitados os seus direitos, teria de respeitar os direitos dos outros.

Foi este “ovo de Colombo” jurídico que esteve na base do espectacular enraizamento dos direitos do Homem na consciência e no coração da generalidade dos cidadãos. Sem tribunais especiais, sem exércitos e sem guerras, essa nova “religião laica” que os Direitos Humanos passaram a constituir, pôs fim a ditaduras e derrubou ditadores, como onda democrática que varreu e continua a varrer o mundo. O direito à liberdade dificultou a vida à opressão. Cada um dos demais direitos humanos contribuiu para o actual modelo de vida das democracias modernas.

No entanto, as injustiças sociais não foram ainda todas banidas. Temos de enraizar mais profundamente os direitos humanos no coração dos homens e apostar num combate sem tréguas para que o sejam definitivamente interiorizados.

Princípios como a igualdade de oportunidades, o do direito à saúde, os direitos sexuais e reprodutivos, à educação e a um nível de vida suficiente, e outros de que estes são exemplo, quando fundamentados no conhecimento, na sensibilidade e no coração dos homens, podem fazer mais pelo desenvolvimento da humanidade do que os modelos políticos, económicos e sociais pelos quais o mundo se rege.

A igualdade de oportunidades é o segredo da reintegração dos excluídos e contributo essencial para a paz. Essa é condição fundamental para o desenvolvimento e concretização dos objectivos do Milénio, que têm como fim o ser humano e não apenas o acumular de riqueza!

A educação sexual e os correspondentes direitos sexuais e reprodutivos são a mais segura garantia da afirmação das mulheres e do bem estar das suas famílias, que apesar dos avanços indiscutíveis dos últimos anos, continuam por todo o mundo, a ser mais discriminadas que os homens.

Estes são apenas alguns exemplos. Outros, de igual importância, poderiam ser aditados.

Os caminhos para a defesa dos direitos e a salvaguarda dos deveres – infelizmente um pouco comprometidos – não constituem nenhum mistério insondável. Reflectir sobre as consequências é identificar as causas. Combatê-las é uma questão de consciência cívica, ligada ao sentido de responsabilidade e à indeclinável vontade de agir.

Temos ou não essa vontade? Eis a questão que hoje se coloca aos mais responsáveis dirigentes e cidadãos.

A Assembleia da República, através do Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento, constituído por representantes de todos os grupos parlamentares, foi uma vez mais, anfitriã do II Colóquio dos Direitos Humanos na Ordem do Dia. Revelou-se da maior importância este colóquio, não tanto a nível das respostas concretas, que também as houve, mas principalmente porque foram apresentados e debatidos cenários num esforço de avaliação de situações concretas a nível local e mundial.

A qualidade e conhecimento dos palestrantes contribuiu de forma decisiva para o êxito dos trabalhos. Temas relacionados com o aprofundamento dos Direitos dos cidadãos com deficiência; o aperfeiçoamento de medidas de combate à violência doméstica; o alargamento dos serviços na área da saúde sexual e reprodutiva; o planeamento familiar e acesso à contracepção constituíram no essencial o contributo do Governo que também esteve presente e enriqueceu o colóquio.

Primeiros responsáveis pela situação global criada são os decisores que não decidem, recusando para o efeito a tomada das medidas de que o Mundo carece. Essas medidas têm muitas vezes de ser impopulares e constrangedoras. A maior parte dos Governos foge desta responsabilidade.

Uma das razões, entre outras, do meu apreço pelo actual Governo do meu país prende-se com a coragem de agir. Era preciso inovar, inovou! Era preciso reformar, reformou! Era preciso desagradar, desagradou! E, continua, com assinalável determinação a conjugar estes verbos.

Está em causa um desígnio: viabilizar e desenvolver sustentavelmente o nosso país. Aceitar sacrifícios em troca da garantia de vantagens com saldo positivo entre o que se sacrifica e o que se garante, é patriótico, é lúcido e é inteligente.

OPINIÃO



FERNANDO CABRAL
Deputado PS

O Grupo Parlamentar do PS, que trabalhou a partir de uma boa proposta do Governo, sai deste processo de consciência tranquila e com a certeza de que contribuiu para que a actividade física e o desporto tenha um novo instrumento que facilite o seu desenvolvimento

A NOVA LEI DE BASES DA ACTIVIDADE FÍSICA E DO DESPORTO

TERMINOU no passado dia 7 de Dezembro o processo de discussão e aprovação Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto.

O Grupo Parlamentar do PS manifestou, desde a primeira hora, total abertura para melhorar e clarificar alguns aspectos da proposta do Governo, sem no entanto deixar de referir que não estaríamos disponíveis para alterar o que era estrutural.

Para o Governo e para o PS, os objectivos fundamentais eram e são:

- 1- Melhorar os nossos indicadores de prática desportiva e de actividade física;
- 2- Qualificar os quadros e as condições das infra-estruturas desportivas com vista à protecção da saúde e de segurança dos praticantes;
- 3- Conceber um novo modelo do estatuto de utilidade pública desportiva.;
- 4 - Clarificar a organização do desporto profissional;
- 5- Enquadrar a arbitragem e a justiça desportiva prevendo estruturas únicas no seio das federações;
- 6 - Melhorar as medidas de apoio ao desporto de alto rendimento;
- 7 - Determinar que em relação ao financiamento, não é possível conceder apoios ou participações financeiras por parte do Estado aos clubes desportivos participantes em competições de natureza profissional;
- 8 - Criar um novo princípio quanto às infra-estruturas desportivas com a emissão de um parecer prévio e vinculativo para a participação estatal na construção de instalações desportivas;
- 9 - Reforçar os regimes de incompatibilidades dos agentes desportivos e consolidar as estruturas de luta contra a dopagem desporto;
- 10 - Defender os consumidores de espectáculos desportivos, fixando o direito de informação prévia sobre os preços dos espectáculos, de forma a evitar a especulação dos preços dos bilhetes de ingresso nos mesmos.

Foi notório, desde do primeiro dia da discussão na especialidade, que as posições do PS, do PSD e do CDS convergiam para um eventual entendimento final, que levasse a que a lei tivesse os votos favoráveis destes grupos parlamentares.

Sobre os objectivos que enunciámos anteriormente a oposição parlamentar não só os não contestava, como nalguns casos pretendia esclarecê-los e aprofundá-los o que teve obviamente o apoio do PS.

Conseguimos, entre outros, que:

- O PS, o PSD e o CDS se entendessem sobre um novo número no artigo da “justiça desportiva”, que prevê o recurso à arbitragem ou mediação em questões estritamente desportivas;

- O PS, o PSD e o CDS aprofundassem o artigo sobre a Actividade Física e o Desporto nos estabelecimentos de educação e ensino, abrindo a possibilidade de constituição de uma federação multidesportiva nesta área;

- O PS, o PSD e CDS alargassem o regime de incompatibilidades aos agentes desportivos que a tal estejam sujeitos e não só

aos empresários como estava contemplado na proposta inicial;

- O PS, o PSD, o CDS e o PCP clarificassem que o Conselho Nacional do Desporto é constituído por representantes da Administração Pública e do movimento associativo desportivo, funcionado junto do membro do Governo que tutela a área do Desporto.

Conseguimos mesmo que o Princípio da Coesão, onde já era referida a continuidade territorial, passasse a ser referenciado como o Princípio da Coesão e Continuidade Territorial, desdobrando o artigo em dois números, um sobre a “coesão” e outro sobre a “continuidade territorial”. Com esta nova formulação ficou clarificada a necessidade de corrigir os desequilíbrios originados pelo afastamento e pela insularidade, de forma a garantir a participação dos praticantes e dos clubes das Regiões Autónomas nas competições desportivas de âmbito nacional. É muito importante salientar que em sede de grupo de trabalho o texto proposto, deste artigo, à Comissão de Educação, Ciência e Cultura teve os votos favoráveis do PS, do PSD e do CDS.

Não foi, pois, sem alguma frustração que verificámos, a partir das “mini-jornadas” parlamentares do PSD no Funchal, uma nova postura deste grupo parlamentar em relação ao consenso e, mesmo, aos compromissos, estabelecidos em sede de grupo de trabalho.

Percebemos então que quem “manda” no PSD nacional é o PSD/Madeira e que esta lei continuaria a ser mais um instrumento na “guerrilha” que o Governo Regional da Madeira tem feito ao Governo da República.

Lamentavelmente, assistimos ao voto contra do PSD na votação final global.

Apesar de nas 76 votações parcelares na especialidade ter votado a favor em 75 (98,68 por cento), o voto contra foi no número sobre a continuidade territorial, número esse, como já foi referenciado, a que tinha dado o aval no grupo de trabalho, o PSD votou “não”, manifestando total incoerência.

Só podemos tirar uma conclusão: o PSD está refém e subjugado a Alberto João Jardim. Podemos mesmo deduzir que o PSD de Marques Mendes já desistiu de todos os objectivos eleitorais e que só um se mantém: ser poder na Madeira.

Esta é uma lei que o PS gostaria de ter visto – e para isso muito trabalhou – aprovada com o apoio alargado das forças partidárias representadas na AR. Infelizmente, as “cambalhotas” de última hora e a incoerência de alguns não o tornou possível.

O Grupo Parlamentar do PS, que trabalhou a partir de uma boa proposta do Governo, sai deste processo de consciência tranquila e com a certeza de que contribuiu para que a actividade física e o desporto tenha um novo instrumento que facilite o seu desenvolvimento. Temos também a certeza que o Estado, as regiões autónomas, as autarquias locais, o movimento associativo desportivo, os empreendedores desta área e os cidadãos saberão concretizar à aposta, não só na generalização da actividade física, mas também no apoio ao desporto de prática regular e de alto rendimento.

Governo cria comissão para dialogar com jovens

O GOVERNO vai criar uma comissão interministerial com o objectivo de melhor acompanhar e coordenar a execução do Programa Nacional de Juventude.

A garantia foi dada pelo ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, durante uma deslocação que efectuou a Braga, onde presidiu à sessão de encerramento do Programa Nacional da Juventude, cujos trabalhos decorreram na Universidade do Minho e que contaram ainda com a presença do secretário de Estado da Juventude e Desporto, Laurentino Dias, do reitor, Guimarães Rodrigues, da presidente do Instituto da Juventude, Maria Galdes, e de dirigentes de federações e organizações de juventude.

Para o ministro da Presidência, a formação desta comissão representa o espaço adequado para se debater as políticas sectoriais de juventude, garantindo Pedro Silva Pereira que o Governo está empenhado em responder aos problemas dos jovens portugueses.

O anúncio do ministro surgiu na sequência de uma proposta avançada entretanto pela presidente do Conselho Nacional da Juventude, Carla Muro, que lembrava que a maior parte dos jovens ocupa profissões pouco qualificadas, apesar do aparecimento recente, como recordou, de um novo grupo de gente jovem que ocupa lugares de chefias “por dispor de escolarização elevada”.

Baseando-se num estudo elaborado pelo Governo, o ministro Pedro Silva Pereira recordou que os jovens estão hoje dependentes das causas deste fenómeno ao facto, por um lado positivo, do prolongamento da vida escolar, cenário “que traz aos jovens maiores possibilidades de inserção no mercado de trabalho”, e, por outro lado, por um factor menos positivo, que



se prende com a dificuldade de entrada nesse mercado e no difícil acesso à habitação.

Dar a volta a esta situação implica, na perspectiva do governante, por um lado, o desenvolvimento de políticas públicas orientadas para colmatar essas dificuldades, e, por outro lado, acrescentou, continuar a apostar na promoção do crescimento da economia e na melhoria da educação, políticas que, defendeu, “vão ao encontro das aspirações da juventude”.

Aos participantes deste encontro, o ministro da Presidência lembrou que neste último ano, e segundo os dados disponíveis, os jovens com uma licenciatura tiveram maior facilidade no acesso a um emprego, facto que se traduziu numa diminuição do desemprego entre os licenciados em cerca de 2,9 por cento em relação ao ano anterior.

Fundamental para o Governo, referiu, é estabelecer-se uma “verdadeira aliança com os jovens”, tendo por objectivo uma aposta forte nos domínios da qualificação e da melhoria dos níveis da educação.

Na sua intervenção, Pedro Silva Pereira garantiu que o Executivo está interessado em criar parcerias com as associações de juventude, através do Conselho Nacional de Juventude, organismo que, como sublinhou, “foi reactivado ao fim de três anos de paragem”. **R.S.A.**

AS ESCOLAS do ensino secundário e do superior devem permanecer abertas e em funcionamento no período nocturno, trabalhando com programas escolares específicos para os trabalhadores. Esta uma das principais conclusões saídas do X Encontro Nacional da Juventude, realizado na Universidade do Minho, na cidade de Braga.

Para os participantes, a solução mais adequada para que os jovens se preparem melhor para enfrentarem as dificuldades do mercado de trabalho passa, em grande medida, por uma correcta e mais adequada oferta ao nível da formação académica, ampliando e optimizando deste modo os recursos ministrados nos cursos nocturnos.

Nova agência de compras e de gestão de recursos humanos

PARA LIBERTAR os vários serviços ministeriais das tarefas do nível da gestão dos recursos humanos, financeiros ou materiais, o Governo aprovou a criação de uma Agência Nacional de Compras Públicas e uma Empresa de Gestão Partilhada de Recursos Humanos da Administração Pública.

Estas duas entidades, com carácter público e empresarial, como explicou o secretário de Estado da Administração Pública no final do Conselho de Ministros, propõem-se permitir aos diferentes serviços dos vários ministérios passarem a dedicar-se mais aos seus objectivos e libertarem-se de tarefas ao nível da gestão de recursos humanos, financeiros ou materiais.

Segundo João Figueiredo, com estas novas entidades públicas empresariais haverá uma maior especialização, abrindo-se, simultaneamente, “uma padronização ao nível do funcionamento entre os diferentes serviços do Estado”.

A nova Agência Nacional de Compras Públicas terá uma vocação particular para poder celebrar contratos para todos os serviços da Administração Pública, facto que, como disse, “permitirá economias em termos de custos junto dos fornecedores”.

Sendo ainda prematuro falar-se em poupanças ou adiantar quaisquer estimativas neste capítulo, João Figueiredo não deixou de salientar que a nova agência pretende promover a centralização das aquisições comuns aos diferentes ministérios e efectuar



a gestão do parque de veículos do Estado.

Com o diploma agora aprovado em Conselho de Ministros clarifica-se o caminho de um Sistema Nacional de Compras Públicas, tendo por base uma única entidade gestora central e articulada com as diversas unidades ministeriais e entidades compradoras que passam a funcionar em rede.

No que respeita aos veículos que são propriedade do Estado, a nova agência irá centralizar a sua aquisição, ficando ainda sob a sua responsabilidade os respectivos serviços complementares, assim como toda a sua gestão.

Empresa de gestão partilhada

Outra das novidades é a criação da Empresa de Gestão Partilhada

de Recursos Humanos da Administração Pública, entidade que irá ter atribuições no âmbito das políticas de mobilidade dos funcionários, assegurando a prestação de serviços partilhados nos domínios da gestão de recursos humanos e financeiros.

Com a criação deste organismo, os demais serviços públicos poderão dedicar-se às suas missões específicas, reservando as outras funções que, na generalidade dos serviços, são secundárias, à actividade desta nova entidade.

Na perspectiva do Governo, são esperadas mais eficácia e eficiência na gestão destes recursos pela “acção conjugada de concentração de funções, padronização de processos e recurso intensivo de tecnologias de informação e comunicação”.

Para João Figueiredo, trata-se de uma iniciativa inovadora no âmbito da Administração Pública, de modo a “proceder-se à configuração detalhada do modelo operacional a adoptar para aplicação do conceito de serviços partilhados a cada uma das funções consideradas prioritárias”, quer em relação à gestão dos recursos humanos, quer no que respeita à gestão de recursos financeiros.

Dada a estreita relação existente entre a mobilidade de funcionários e aspectos fundamentais da gestão de recursos humanos e de recursos financeiros, a empresa assume igualmente as atribuições de entidade gestora da mobilidade, prevista na lei da mobilidade. **R.S.A.**

Mulheres são fundamentais na consolidação da paz

ROSA ALBERNAZ NA ONU

NA PREVENÇÃO de conflitos e na manutenção da paz, o papel das mulheres é “fundamental e incontornável”, afirmou Rosa Maria Albernaz, numa intervenção na audição parlamentar nas Nações Unidas, que contou com a presença do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, e do presidente da Internacional Socialista, George Papandreou.

Salientando que ao nível da prevenção dos conflitos ou na chamada situação de pré-conflito, bem como na manutenção da paz, a intervenção e contributo da mulher “tem também evoluído ao longo do tempo”, Rosa Albernaz considerou, por isso, ser “inexplicável que em muitos países persista a teimosia hipócrita de ignorar o papel e a condição da mulher no tratamento destas situações”.

E acrescentou que não se pode continuar a ignorar que “a sociedade mudou, que o papel da mulher na sociedade evoluiu, que a mulher hoje também integra as forças militares e de manutenção de paz, que o seu papel não se reduz a mulher, esposa ou mãe”.

Rosa Albernaz, que falava em representação do Parlamento português e do Grupo Geopolítico Europeu, disse que “na gestão do processo de manutenção de paz esta mudança deve ser também considerada”.

Trata-se, sublinhou, “de uma fase muito importante em que a possibilidade de mudar o *statu quo* antes da situação de conflito que eventualmente seja possível para a mulher adquirir direitos e regalias não existentes, em termos de género, antes do conflito”.

Neste contexto, a deputada socialista considerou que “é urgente analisar a ausência generalizada das mulheres no processo de negociação de paz”, questionando qual o motivo pelo qual as mulheres “são afastadas quando se trata de acordos de paz e negociações de alto nível, porque elas são negligenciadas pelos seus próprios governos e pela comunidade internacional”.

Apesar de reconhecer que alguns países já adoptaram medidas neste sentido, Rosa Albernaz sublinhou que “há muito ainda por fazer neste campo” e manifestou o desejo de “ver estas questões inequivocamente atendidas por todos os Estados-membros”.

Reafirmando que o objectivo último da ONU “é a erradicação do flagelo da guerra” e que “só em situação de paz e desenvolvimento, homens e mulheres, conseguem exercer os seus direitos e alcançar os seus objectivos”, a deputada socialista defendeu que enquanto isto não acontece, “cabe a todos nós minorar as consequências deste flagelo”.

Após esta intervenção, a camarada Rosa Albernaz efectuou uma deslocação a Newark, onde manteve contactos com a comunidade portuguesa, tendo na ocasião realçado o “enorme respeito” pelo trabalho desenvolvido pelos nossos emigrantes e a sua contribuição para o desenvolvimento de Portugal.

A deputada socialista reuniu-se com empresários, visitou as instalações dos jornais “24 Horas” e “Luso-Americano”, participou no jantar comemorativo do 80º aniversário do Sport Marítimo Murtoense e deslocou-se ainda às câmaras municipais de Kearny e Mineola, presididas por portugueses. De salientar ainda que Rosa Albernaz teve ainda um encontro com o mayor de Newark. **J. C. C. B.**

OPINIÃO



RICARDO FREITAS
Coordenador dos deputados do PS da área do Trabalho e da Segurança Social

SEGURANÇA SOCIAL ESSA DESCONHECIDA!

QUE a sustentabilidade da Segurança Social estava em risco, se não fossem de imediato adoptadas medidas adequadas, ninguém ousou questionar dados os números serem por si só eloquentes. Na verdade; a demografia actual, com cada vez menos nascimentos, conjugada com uma maior longevidade dos portugueses, veio pôr em causa a garantia de uma reforma condigna, no fim de uma vida activa num futuro não muito longínquo.

Sendo para nós socialistas o chamado modelo social europeu uma marca indelével nos nossos princípios programáticos, onde a solidariedade está mais presente, tínhamos que agir e fazer todos os esforços necessários para dar viabilidade e sustentabilidade a uma Segurança Social em risco.

A Segurança Social cobre hoje um amplo campo de protecção que vai desde a infância, ao apoio ao cidadão sénior, passando pela acção de substituição dos rendimentos do trabalho.

Entendemos então que teríamos de agir separando claramente as fontes de financiamento desta ampla cobertura, colocando no chamado sistema contributivo as prestações correspondentes à substituição dos rendimentos do trabalho, como por exemplo as pensões de reforma ou desemprego, excluindo aqui as pensões daqueles que não contribuíram para o sistema que são financiadas pelo Orçamento do Estado que passa a financiar tudo o que é de natureza social, como o apoio na doença e outras prestações de solidariedade.

Contudo e dado que a diversificação das fontes de financiamento não responderiam positivamente por si só para a sustentabilidade do sistema contributivo, tivemos que introduzir algumas alterações na fórmula de cálculo das pensões, nomeadamente com definição de novos factores, como a evolução da esperança média de vida e a antecipação da aplicação de toda a carreira contributiva deixando para trás o cálculo dos 10 melhores dos últimos 15 anos, que se tinha verificado inadequado por injusto e sujeito a muitos aproveitamentos indevidos.

Em resultado de ampla discussão realizada sobre a reforma da Segurança Social e mesmo do acordo alcançado em sede de concertação social, as medidas por nós preconizadas são mesmo inovadoras, por exemplo não aumentamos a idade legal de acesso às pensões como em muitos países tem vindo a ocorrer nos últimos anos, optando por introduzir no cálculo o factor de esperança média de vida possibilitando a opção do trabalhador em manter ou mesmo aumentar a taxa de substituição anterior, com o recurso a trabalhar mais alguns meses ou a descontinuar um pouco mais.

Introduzimos, ainda, novas regras para o aumento das pensões, que deixam de estar sujeitas a interesses do momento, bem definidas atendendo ao aumento do crescimento, da produtividade e da inflação passada. E, não menos importante, estabelecemos um tecto máximo para o valor das pensões mais elevadas.

Outros partidos pretendiam deixar tudo na mesma (PCP e BE), apresentando propostas cuja aprovação agravaria ainda mais a situação financeira já difícil da segurança social, propondo, em simultâneo, aumentos contributivos sobre algumas empresas, esquecendo que estas já são contribuintes e caso fossem sujeitas a um esforço contributivo adicional o mais natural é que o mesmo se reflectisse nos salários e no emprego e, necessariamente, na sua competitividade e produtividade o que seria negativo para o país e para os portugueses.

Já o CDS/PP pretendia um regime activo de capitalização, que na melhor das hipóteses só iria favorecer os mais favorecidos da sociedade e os interesses económicos, destruindo o sistema intergeracional solidário e caminhando para um sistema individual onde a protecção social seria sempre uma protecção de mínimos.

Por seu lado, o maior partido da oposição, o PSD, limitou-se a propor um sistema misto visando a privatização parcial da segurança social, sem ter em conta os reais efeitos financeiros da sua aplicação na sustentabilidade do sistema, que estimamos em cerca de cem mil milhões de euros e, pasme-se, para financiar a sua medida preconizava, desde já, o recurso às reservas do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social e ao endividamento do Estado, através da emissão de dívida pública, a pagar por todos os portugueses. Ou seja, apresentou uma não proposta.

Em resumo, o Governo do Partido Socialista está a empreender uma importante reforma que mereceu a confiança dos parceiros sociais, visando assegurar no futuro uma segurança social mais sólida, mais sustentada e que mantém uma ampla cobertura e um cunho de solidariedade intergeracional. Não estará completamente isenta de riscos dado que teremos que crescer a uma média de 2 por cento ao ano nos próximos 50 anos, meta que cremos não só possível como imperativa para que Portugal se equipare aos melhores países do mundo.

O Governo do Partido Socialista está a empreender uma importante reforma que mereceu a confiança dos parceiros sociais, visando assegurar no futuro uma segurança social mais sólida, mais sustentada e que mantém uma ampla cobertura e um cunho de solidariedade intergeracional

OPINIÃO

NELSON BALTAZAR
Deputado do PS

Se a criança não tem hoje nenhuma fronteira de cidadania, importa pensar que a diminuição da taxa de natalidade impõe em primeira linha a obrigatoriedade de um crescimento seguro, sem riscos, apostado na garantia dos seus direitos, na qualidade da sociedade que a vai receber

DEZEMBRO E AS CRIANÇAS

EM DEZEMBRO, ocorrem-nos de imediato imagens de Natal associadas ao Inverno, ao Pai Natal, ao pinheiro iluminado, ao menino nas palhas deitado. Uma agitação de símbolos, cada um vindo dos mais diferentes cantos do mundo multicultural, que hoje vivemos. E as crianças têm fronteiras?

Uma das imagens que mais nos apertam o coração, que nos assaltam com maior intensidade é a fotografia de uma criança sedenta dos seus direitos, ansiosa por ter uma atenção privilegiada. Elas querem ser cidadãos de corpo inteiro. Ainda não conhecem a sua ambição, mas a nós compete-nos descobrir esse desejo nos seus olhares.

E se hoje já é possível que as nossas crianças do primeiro ciclo aprendam o inglês, tenham aulas de substituição quando os seus professores têm que faltar, possam ter aulas de educação física mais cedo do que antes, possam usar mais tempo o computador como instrumento de apoio à sua formação escolar.

Se hoje já é possível aos filhos de imigrantes adquirir a nacionalidade portuguesa quando nascem em Portugal. Se um dos eixos centrais da nova geração de políticas sociais passa pela criação de condições de conciliação entre a vida profissional e a familiar, com claro benefício para as nossas crianças.

Se tudo isto foi instituído no decurso dos últimos meses, sentimos mais ainda a necessidade de estruturar e implementar um conjunto de políticas para a infância que nos permitam a aproximação aos países mais desenvolvidos da Europa.

Em Santarém, a deputada Paula Nobre de Deus apresentou uma estratégia que teve a honra de subscrever, onde se propõe um compromisso político ao partido que, agora, tem a obrigação de a impulsionar.

Paula de Deus assume a urgência da reflexão sobre alguns aspectos que desejo dar-vos a conhecer e que estabelecem uma rede de ideias para este Dezembro, ideias que nos impelem a avaliar e a discutir este tema.

Se a criança não tem hoje nenhuma fronteira de cidadania, importa pensar que a diminuição da taxa de natalidade impõe em primeira linha a obrigatoriedade de um crescimento seguro, sem riscos, apostado na garantia dos seus direitos, na qualidade da sociedade que a vai receber. Ou seja a Criança é presente e é futuro.

Sempre primou o Partido Socialista pela qualificação da cidadania da infância e da adolescência, plasmada, por exemplo, na lei de protecção de crianças e jovens em risco. O modelo jurídico é a expressão de uma comunidade comprometida com a salvaguarda desse valor maior, a infância.

A protecção à infância deverá conter na sua base uma estratégia preventiva dos riscos e promotora dos direitos. Assim, poderemos caminhar num labirinto de actuações que podem começar com a intervenção precoce, podem passar pela comunidade inclusiva, devem coexistir com a intervenção das comissões de apoio. A missão destas comissões também passa pela avaliação e monitorização da actual situação da infância e juventude.

Perguntamos, pois, se será importante um plano nacional de política para a infância, como existe noutros países europeus. Estes planos configuram uma actuação do Estado enquanto integrador de acções das organizações que emanam da sociedade, sempre numa perspectiva de co-responsabilidade.

A criança não poderá nunca ser entendida a partir dos seus problemas, mas essencialmente a partir das suas necessidades. Torna-se, por isso, muito importante esse levantamento e a organização das respectivas respostas no terreno.

A criança, na sua infância, é objectivamente o património da humanidade, quando passa de quatro para dois, quando apreende a sua autonomia, quando evolui para se permitir contestar-nos.

Que suportes a esta política para a infância queremos e precisamos no nosso país? A expansão da rede do pré-escolar como uma das formas de combate ao insucesso escolar, consolidando a universalidade do ensino básico de nove anos; a aposta em políticas de família com estímulos aos cidadãos avós que decidam assumir responsabilidades na guarda e acompanhamento de crianças; a construção de uma sociedade onde se garanta a participação equilibrada da mãe e do pai no desenvolvimento das suas crianças; os incentivos estruturados ao aumento da taxa de natalidade.

Há um novo olhar sociológico sobre a infância! A qualificação da cidadania na criança é, sem dúvida, uma das incríveis obras da humanidade, seja qual for o gene que a promova, o espaço familiar ou geográfico que a faça crescer.

Casa Pronta em 2007



REALIZAR todos os actos administrativos relacionados com a compra e venda de um imóvel no mesmo balcão será uma realidade já no primeiro semestre de 2007, altura em que arranca o projecto “Casa Pronta”.

Com esta medida – que se inclui no Simplex 2007 e está em discussão pública, podendo vir ainda a sofrer algumas alterações –, o Governo do PS visa desburocratizar o processo de aquisição de habitação, segundo explicou, no passado dia 13 de Dezembro, o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos.

“É precisamente com o intuito de se simplificar a vida do cidadão que este conceito de balcão único permitirá que, no mesmo local, o cidadão possa tratar de todas as matérias relacionadas com aquisição ou venda de imóveis”, disse Teixeira dos Santos, no final da sessão comemorativa do 10º aniversário

do Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP), em Lisboa.

Trata-se, segundo o titular da pasta das Finanças, “de um projecto que ainda está a ser trabalhado”, sendo as soluções técnicas definidas em concreto e anunciadas oportunamente.

“Parece-nos importante que melhoremos a qualidade dos serviços públicos, e uma forma de melhorá-la é facilitar a vida aos cidadãos e às empresas”, acrescentou Teixeira dos Santos.

Os cinco locais escolhidos para a fase inicial do projecto “Casa Pronta”, que vai funcionar em Conservatórias do Registo Predial e Lojas do Cidadão, ainda estão por definir, mas o Executivo socialista garante que a partir do seu arranque, esta medida permitirá, a quem compra casa, proceder ao pagamento do Imposto Municipal sobre Transacções Onerosas

de Imóveis (IMI) e ao registo do imóvel num só local.

Ao optarem pelo “Casa Pronta”, os compradores e vendedores de imóveis prescindem da escritura pública feita num notário, que é substituída por um contrato de compra e venda, com um modelo previamente aprovado e que terá o mesmo valor legal.

O secretário de Estado da Justiça, João Tiago Silveira, está a trabalhar com a Associação Portuguesa de Bancos para que a banca, geralmente financiadora dos compradores, aceite esta modalidade contratual.

Ao optarem por esta modalidade de compra de casa, os cidadãos deixam de registar no notário a aquisição do imóvel, valendo para todos os efeitos legais apenas o contrato de compra e venda celebrado entre os particulares. M.R.

Fusão S. Carlos/CNB permitirá gestão otimizada de recursos

A FUSÃO do Teatro de S. Carlos com a Companhia Nacional de Bailado (CNB) resultará numa entidade que permitirá uma “gestão muito mais eficaz de recursos”. Esta a garantia dada pela ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima, ao responder, recentemente, no Centro Cultural de Belém, a perguntas dos jornalistas, à margem da cerimónia de divulgação da lista dos 21 monumentos candidatos às Sete Maravilhas de Portugal.

Accentuando não poder perder-se “o sentido de cada uma das organizações”, a governante observou que a anunciada fusão corresponde “a um desejo manifestamente expresso ao longo de anos” pelos directores das duas companhias, “na medida em que a empresa pública resultante permitirá uma gestão muito mais ágil e plurianual de um teatro nacional”.

A empresa que o S. Carlos e a



CNB integrarão vai chamar-se OPART – Organismo de Produção Artística. A sua criação decorre do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), no âmbito do qual o Ministério da Cultura extingue 14

dos seus serviços e organismos.

“A OPART vai permitir uma utilização de sinergias que importa valorizar, como sejam a orquestra, o coro, capacidades técnicas que cada um dos teatros tem, diferentes entre si”, disse Isabel Pires de Lima.

Despenalização da IVG em movimento

MARY RODRIGUES

A ASSEMBLEIA da República aprovou, a 19 de Outubro passado, uma proposta de referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez (IVG). Dias depois, o Presidente da República anunciou a sua decisão de convocar



a consulta popular para 11 de Fevereiro de 2007, data que mereceu o acordo dos partidos políticos e dos movimentos cívicos criados para o efeito.

O "Acção Socialista" fez um levantamento dos grupos de cidadãos eleitores de abrangência nacional constituídos até à data da presente edição

para intervir na campanha a favor da despenalização da IVG, se realizada, por opção da mulher, nas primeiras dez semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado.

Recorde-se que as regras para constituir movimentos cívicos podem ser consultadas no guia prático sobre a participação de grupos de cidadãos

disponível no "site" da Comissão Nacional de Eleições www.cne.pt

Já na página www.pelo-sim.blogspot.com pode encontrar-se informações adicionais sobre os movimentos e entidades a eles associadas.

A campanha oficial para o referendo sobre a IVG decorrerá entre 31 de Janeiro e 9 de Fevereiro de 2007.

MOVIMENTO VOTO SIM

Acabar com os julgamentos e a possibilidade de pena de prisão para as mulheres que interrompem a gravidez até às dez semanas de gestação e resolver o problema do aborto clandestino são os dois argumentos que unem os cidadão eleitores que constituíram o "Movimento Voto Sim", onde se incluem cerca de 50 dos 121 deputados do PS, 12 dos 75 parlamentares do PSD e cinco dos oito deputados do Bloco de Esquerda.

Apresentado publicamente no passado dia 7 de Dezembro, na Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva, em Lisboa, o grupo é constituído ainda por personalidades como Rui Reininho, Ricardo Sá Fernandes, Manuela Azevedo, Saldanha Sanches, Margarida Martins, Janita Salomé, Diogo Infante, Edgar Pêra, Xana, Guta Moura Guedes, Bernardo Sasseti, Boaventura Sousa Santos e Cláudio Torres, entre outros.

Os membros do movimento sublinham que Portugal tem uma legislação restritiva quando comparado com outros países da Europa e está acompanhado pela Irlanda, Malta e Polónia ao sancionar a IVG com uma pena de até três anos de prisão.

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE MULHERES

O Movimento Democrático de Mulheres (MDM) apela aos eleitores para que estes afirmem, com o seu voto pelo "sim", que é chegada a hora de devolver às mulheres o direito de decidir sobre a sua saúde sexual e reprodutiva, sem juízos de terceiros, sem sequelas físicas e psicológicas e sem vergonhas ou medos.

Para este grupo de cidadãs, torna-se indispen-

sável dar uma resposta favorável à despenalização da IVG nos moldes em que é formulada na pergunta do referendo, considerando intolerável que o nosso país se mantenha à margem, nesta problemática, das orientações internacionais das Nações Unidas, da Organização Mundial de Saúde e do Parlamento Europeu.

Este grupo de eleitoras contesta igualmente o facto de Portugal continuar a ver as mulheres que interrompem a gravidez como criminosas, lembrando que, na maior parte do globo, as leis vão no sentido da despenalização da IVG e que mantê-la na clandestinidade é atentar contra a saúde das mulheres.

MOVIMENTO CIDADANIA E RESPONSABILIDADE PELO SIM

No total, este movimento conta com 91 mandatários, além do apoio de nomes de todos os sectores sociais e ideológicos, como a escritora Agustina Bessa-Luís, a estilista Ana Salazar, a apresentadora Bárbara Guimarães, o juiz desembargador Eurico Marques dos Reis, o actor Rogério Samora, o escritor Rui Zink e a da artista plástica Paula Rego.

O grupo agrega pessoas pró e contra a prática do aborto, mas que concordam num ponto: nenhuma mulher deve ser penalizada por interromper voluntariamente a gravidez nas primeiras dez semanas.

No manifesto do movimento pode ler-se que "está em causa o respeito pela dignidade, autonomia e consciência individual de cada pessoa e pelos princípios da igualdade e da não discriminação entre mulheres e homens".

"A sujeição das mulheres a processos de investigação, acusação e julgamento pelo facto de

fazerem um aborto atenta contra os valores da sua autonomia e dignidade enquanto pessoas humanas" refere o documento, cujos subscritores defendem que tanto mulheres como homens, têm direito à reserva da intimidade de da vida privada e familiar.

E apontam o princípio da separação entre a Igreja Católica ou qualquer outra confissão religiosa e o Estado como "elemento essencial do Estado de Direito".

EM MOVIMENTO PELO SIM!

Este grupo de cidadãos eleitores foi criado a partir de um outro, constituído em Fevereiro passado, denominado Movimento pela Despenalização da IVG, e que, segundo os seus promotores, sempre teve como premissa o esclarecimento, o debate e a procura de alteração das mentalidades.

Na campanha pelo "sim", este movimento cívico vai apostar no contacto directo com a população, alertando para a responsabilidade de cada cidadão na alteração da situação da criminalização das mulheres pela prática da IVG e apelando ao voto a favor da despenalização.

O "Em Movimento pelo Sim! Interrupção Voluntária da Gravidez: a mulher decide, a sociedade respeita, o Estado garante" conta promover um conjunto de debates em pequenas localidades de forma a dar oportunidade aos cidadãos para esclarecerem dúvidas, constituindo para esse efeito núcleos regionais por todos os distritos do país, que deverão dinamizar local e regionalmente as iniciativas do grupo.

Sem apoios partidários, o "Em Movimento pelo Sim!" conta com algumas destacadas figu-

ras do meio artístico, do desporto, da televisão, da saúde, do meio sindical e de organizações de mulheres.

MÉDICOS PELA ESCOLHA

Composto por médicos, enfermeiros, psicólogos e outros profissionais ligados à área da saúde, este movimento fará campanha pelo "sim" e apresenta-se disposto a combater os enganos com a experiência científica de que dispõe, de modo a defender a saúde da mulher e combater o flagelo do aborto clandestino.

O "Médicos pela Escolha" conta entre os seus membros fundadores com responsáveis clínicos da Maternidade Alfredo da Costa que fazem questão de contrariar a ideia segundo a qual defender o "sim" é estar contra o código deontológico dos profissionais de saúde.

Convictos de que este código não reflecte o sentimento nem o pensamento de muitos dos profissionais de saúde nesta matéria específica, afirmam o seu empenhamento em fazer uma campanha em defesa de uma IVG "segura, precoce e com acompanhamento médico".

Todos os intervenientes sustentam a necessidade da despenalização para acabar com o aborto clandestino e as suas consequências, lembrando que este é responsável pela segunda causa de morte materna em mulheres adultas e a primeira causa de morte materna na adolescência, sendo ainda uma das principais causas de complicações em gravidezes posteriores.

Deste movimento também fazem parte nomes como Albino Aroso, o pai do planeamento familiar, Alexandre Quintanilha, Henrique de Barros, o coordenador nacional da Luta Contra a Sida e também o investigador Sobrinho Simões.

PS na campanha pelo sim à despenalização da IVG

A PARTICIPAÇÃO do Partido Socialista na campanha pelo sim à despenalização da interrupção voluntária da gravidez (IVG) vai ser coordenada pelo Secretariado Nacional e vai dividir-se em três eixos: partido, Grupo Parlamentar na Assembleia da República e eurodeputados socialistas.

Edite Estrela e Maria de Belém foram as camaradas escolhidas para assegurar a ligação entre os deputados do PS no Parlamento nacional e em Estrasburgo e a direcção do PS durante a referida campanha.

Maria de Belém fará a ligação a direcção e a bancada parlamentar socialista no país, enquanto que Edite Estrela assegurará uma acção concertada com os eurodeputados do PS.

O secretário-geral, José Sócrates, terá na campanha do referendo uma presença marcante a favor do sim, embora pontual, devido à sua agenda de primeiro-ministro.

"O PS incentivará os seus militantes e dirigentes a integrar os movimentos a favor do

sim à despenalização e desenvolverá acções de campanha no âmbito do partido e dos seus grupos parlamentares na Assembleia da República e no Parlamento Europeu", garantiu o secretário nacional da Organização, Marcos Perestrello, adiantando que a campanha socialista será "equilibrada, serena e moderada, procurando explicar às pessoas que devem votar sim".

O PS estará no terreno ainda na fase de pré-campanha, em meados de Janeiro, através da organização de conferências, de encontros e da publicação de material informativo, onde se poderá incluir a afixação de outdoors.

Segundo a camarada Edite Estrela, todos os eurodeputados socialistas portugueses vão estar empenhados na campanha a favor da despenalização da IVG, bem como eurodeputados de outros países, porque "Portugal está atrasado nesta matéria em relação às boas práticas da União Europeia",

MOVIMENTO VOTO SIM CONFIANTE NA VITÓRIA

MUITOS portugueses e portuguesas arrependem-se de não terem votado no último referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez (IVG) e querem aproveitar esta segunda oportunidade. Esta a ideia defendida por Sónia Fertuzinhos, mandatária do Movimento Voto Sim que, durante uma iniciativa de recolha de assinaturas realizada, no dia 20 de Dezembro, no Chiado, manifestou-se confiante numa "participação maciça" na consulta pública de 11 de Fevereiro e na vitória da descriminalização da IVG.

Acompanhada pelos deputados socialistas Leonor Coutinho e Miguel Coelho, para esta deputada a existência de vários movimentos a favor do "sim" (até agora foram apresentados cinco) demonstra que o tema da IVG "nunca saiu da agenda" desde a última consulta



popular, realizada em 1998.

"Todas estas condições julgo que garantem que teremos uma participação maciça no referendo", considerou, acrescentando que "ninguém quer ver as mulheres a serem investigadas e julgadas" pela interrupção de uma gravidez.

Sobre as acções de recolha de assinaturas, Sónia Fertuzinhos saudou o facto das pessoas aderirem de bom grado. M.R.

Sócrates apresenta linhas orientadoras da reforma do ensino superior

Alargar a base de recrutamento e o número de estudantes do ensino superior, reforçar a capacidade científico-técnica e de gestão das instituições, bem como o sistema binário politécnicos/universidades são as três opções políticas fundamentais que estão na base da nova Estratégia Nacional de Reforma para o Ensino Superior, cujas linhas gerais foram apresentadas pelo primeiro-ministro, José Sócrates, no dia 21 de Dezembro, na Assembleia da República.

MARY RODRIGUES

NO ÚLTIMO debate mensal deste ano, José Sócrates lembrou que o desenvolvimento do ensino superior “é uma das grandes aquisições da democracia portuguesa”, frisando que a reforma proposta pelo Governo é crucial para o futuro do nosso país e “central para a valorização do conhecimento e das qualificações, no âmbito do Plano Tecnológico”.

Segundo Sócrates, atingir os objectivos delineados pelo Executivo implica “intervir em cinco áreas críticas”.

São elas, o sistema de governo das instituições, para o qual defendeu a abertura de um espaço a mais autonomia, “mas com mais responsabilidade e prestação de contas” e diferentes modelos de gestão que obedecem a regras comuns.

Passando à segunda área crítica, a do financiamento e eficiência do sistema, José Sócrates apontou para a redução do número de cursos, a racionalização da rede escolar, a qualificação da gestão e o melhoramento do desempenho como principais tarefas a desenvolver.

Por isso – disse –, “o Governo entendeu que se deve manter o nível actual de financiamento público do

sistema, medido em percentagem do PIB, e que, igualmente, se deve manter o actual nível de comparticipação das propinas pagas pelos estudantes no financiamento dos cursos de 1º ciclo”.

Ainda neste capítulo, anunciou a introdução de duas mudanças essenciais: “O financiamento público passará a incluir um sistema de contratos institucionais, com base em planos estratégicos e indicadores de desempenho, o qual substituirá gradualmente o mecanismo actual de distribuição do financiamento baseado apenas numa fórmula uniforme” e “serão introduzidos mecanismos para estimular e premiar a obtenção de fundos próprios por parte das instituições”.

No seu discurso, o primeiro-ministro referiu-se, como terceira área crítica, às condições de acesso e de equidade nas instituições de ensino superior, vincando, na componente do acesso, que o Executivo terá três apostas: mais alunos no primeiro ciclo; mais formações dirigidas aos adultos que procuram formação ao longo da vida; e a redução do insucesso escolar, que “será inscrita como objectivo contratual das instituições



e um indicador chave do respectivo desempenho”.

Quanto à equidade, Sócrates adiantou que em 2007 o Governo vai apresentar “um sistema alargado de empréstimos, como mais um mecanismo de apoio ao investimento das famílias e dos jovens na sua formação superior”.

O chefe do Governo sublinhou ainda que a Agência Nacional de Avaliação e Acreditação será o elemento-chave na promoção da qualidade do sistema – a quarta área de intervenção –, adiantando que “serão revistos os estatutos da Carreira Docente e Investigação do Ensino Superior, “através de processos de negociação com as organizações representativas”.

“Será contrariada a endogamia nas instituições e favorecida a mobilidade de docentes e investigadores. Será reforçado o seu sistema de avaliação de desempenho e incentivar-se-ão as carreiras cruzadas entre academias e empresas”, afirmou.

Outra mudança, segundo José Só-

crates, passará por, nas universidades, instituir-se o doutoramento como regra para a entrada na carreira.

Em termos de ligação das universidades à sociedade e ao mercado de trabalho, a quinta área de intervenção, Sócrates disse que “a orientação escolar profissional e a inserção dos estudantes na vida activa, em parceria com as entidades empregadoras, serão promovida de forma sistemática”.

A forma como se processar essa inserção na vida activa constituirá mesmo “um elemento de avaliação do desempenho das instituições”, vincou.

O primeiro-ministro referiu ainda que o seu Executivo vai aprofundar o caminho já traçado de parcerias internacionais de universidades, politécnicos e unidades de investigação portuguesas com escolas e centros de referência mundial.

Em concreto, o Governo do PS propõe-se “apoiar o desenvolvimento de programas de estudo em língua inglesa, a oferta de graus académicos

com parceiros estrangeiros e a atracção para Portugal de estudantes de outros países”, concluiu.

Universidade não pode ser mosaico de interesses

Por sua vez, o líder da bancada socialista, Alberto Martins, começou a sua intervenção por responder às afirmações entretanto feitas por Marques Mendes, sublinhando que “em matéria de procedimento democrático, os socialistas não recebem lições de ninguém” e ainda que “subserviência” é o “silêncio” do líder do PSD perante os dislates inqualificáveis de Alberto João Jardim contra os juízes do Tribunal Constitucional e o Governo da República, acusando-os de colonialistas.

“Este silêncio é uma vergonha democrática”, disse.

Quanto às linhas gerais da reforma do ensino superior apresentadas pelo primeiro-ministro, o líder da bancada parlamentar socialista afirmou que “as universidades são elementos essenciais para a prosperidade do país, devendo, por isso, estar associadas às forças vivas” da sociedade.

E elogiou a “ideia criativa e inovadora” do Governo da “universidade aberta, que não pode ser um mosaico de interesses corporativos”. É que, frisou, “a comunidade que financia a universidade, tem direito a avaliá-la”.

Alberto Martins sustentou que “a universidade tem de ser um factor de excelência e estar no coração da investigação, que é decisivo para o progresso do país”, salientando ainda que “o acesso ao ensino superior é um elemento nuclear do Estado Social moderno”.

Orçamento da Câmara faz Lisboa andar para trás

A “primeira e grande conclusão” a extrair da proposta de Orçamento da Câmara de Lisboa para 2007 é que “a cidade vai andar para trás” e “perder ainda mais competitividade”, afirmou no dia 19 o deputado municipal socialista Miguel Coelho.

FALANDO na Assembleia Municipal durante o debate do Orçamento e Opções do Plano para o próximo ano, aprovado pela maioria de direita, PSD e Maria José Nogueira Pinto, com os votos contra do PS, Miguel Coelho criticou “os cortes cegos” e as “reduções brutais” no investimento

municipal em “várias áreas determinantes”, como, por exemplo, a reabilitação urbana, a segurança, a higiene urbana, a conservação dos edifícios e a manutenção e conservação de infra-estruturas viárias.

A segunda conclusão a tirar do Orçamento camarário, segundo o autarca socialista, é que “vamos ter mais prédios degradados, mais edifícios a ruir, uma cidade cada vez mais suja e ruas cada vez mais esburacadas e perigosas”.

Por outro lado, Miguel Coelho teceu ainda duras críticas aos “enormes cortes” que o Executivo municipal vai implementar na educação e juventude e na intervenção social. “Como pode esta Câmara desinvestir, como o vai fazer, em duas áreas absolutamente determinantes para se

avaliar uma cidade em parâmetros europeus?”, questionou.

Para a educação e juventude, Miguel Coelho disse que há uma “impensável redução de cerca de 71 por cento, enquanto na intervenção social, o Executivo de Carmona Rodrigues “continua ano após ano a desinvestir” nesta área, que passa da verba “já ridícula de 87.200 euros para a ainda mais ridícula verba de 62.829 euros” e, nos equipamentos sociais, adiantou, “estamos confrontados com um desinvestimento, com uma diminuição de 119,7 por cento”.

Salientando que “uma cidade que não investe nas suas crianças é uma cidade sem futuro”, o autarca socialista lembrou, a propósito, que na

Assembleia Municipal, “já chamámos a atenção para a fuga às responsabilidades legais da Câmara Municipal de Lisboa e do seu Executivo, perante a escola e as crianças. E pelos vistos a reincidência mantém-se, lamentavelmente”.

Miguel Coelho reafirmou que “uma cidade que não olha pelos seus habitantes mais desprotegidos, mais carenciados, é uma cidade injusta, que perde sentido de cidade, de humanidade, e com isso, também perde competitividade”, acusando o presidente da Câmara e o PSD, que não têm maioria no Executivo municipal, de “terem perdido uma excelente oportunidade de demonstrar aos lisboetas que estão interessados em resolver os principais problemas” da cidade. J. C. C. B.

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço postal do jornal ou accaosocialista@ps.pt